

**COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

CNPJ/MF n.º 33.042.730/0001-04

NIRE 35.300.396.090

Companhia Aberta

Senhores Acionistas

Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada para o dia 27 de abril de 2012:

*1. Análise das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.*

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, conforme divulgadas em 26 de março de 2012, nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE) (“Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução da CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações constantes do **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

Esclarecemos, por oportuno, que o Comitê de Auditoria da Companhia recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras em reunião realizada em 26 de março de 2012, cujo extrato da ata foi disponibilizado pela Companhia nos *websites* da CVM e da BM&FBOVESPA, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE).

*2. Aprovação de Orçamento de Capital, para fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76.*

Em cumprimento ao disposto no art. 25 da Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, e para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76, propomos a aprovação do orçamento de capital que constitui o **Anexo II** a esta proposta.

*3. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2011.*

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 tenha a destinação que lhe foi indicada na Nota Explicativa nº22 das Demonstrações Financeiras e sejam distribuídos dividendos no valor de R\$1.200.000.000,00 conforme detalhado no **Anexo III** a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09.

*4. Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2012.*

Propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2012 seja fixada no montante global de até R\$ 70.201.717,00

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no **Anexo IV** a esta proposta.

*5. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para o exercício de 2012.*

Os acionistas controladores da Companhia informaram à Administração da Companhia que indicarão os Srs. (i) Benjamin Steinbruch, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n.º 618.266.778-87, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (ii) Jacks Rabinovich, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.495.638-34, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (iii) Fernando Perrone, advogado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 181.062.347-20, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Yoshiaki Nakano, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 049.414.548-04, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Gilberto Sayão da Silva, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 016.792.777-90 para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do disposto no artigo 14, § 2º, do Estatuto Social, Antonio Francisco dos Santos,

administrador, inscrito no CPF/MF sob o n.º 112.375.706-20, será indicado pelo Clube de Investimento CSN, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no **Anexo V** a esta proposta.

São Paulo, 27 de março de 2012

A Administração  
Companhia Siderúrgica Nacional

## ANEXO I

Data-Base: 31.12.2011

(conforme item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

### 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### 10.1

##### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas e embalagens de aço, incluindo participações em ferrovias, terminais portuários, produção de cimento e geração de energia.

Fundada em 1941, a Companhia iniciou suas operações em 1946, tornando-se pioneira na produção de aços planos no Brasil. Privatizada em 1993, passou por uma profunda reestruturação que a tornou uma das siderúrgicas mais competitivas e rentáveis do mundo.

O sistema integrado de produção da Companhia, aliado à qualidade de gestão, faz com que a Companhia tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

A Companhia busca sempre maximizar o retorno aos seus acionistas através de uma atuação em mineração, siderurgia e em outras atividades chave, incluindo logística, produção de cimento e geração de energia.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Valores em R\$ mil	2011	2010	2009
Patrimônio	8.417.170	7.822.688	6.589.510
<b>Endividamento</b>			
Empréstimos e financiamentos	27.888.588	20.089.447	14.267.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	15.417.393	10.239.278	7.970.791
<b>Dívida Líquida</b>	<b>12.471.195</b>	<b>9.850.169</b>	<b>6.296.810</b>

Nota: O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima inclui os custos de transação, conforme quadro constante do item 10.1 (f).

##### **b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$8.417.170 mil, 7,6% superior ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 de R\$7.822.688 mil.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, a empresa poderá, dependendo das condições de mercado, implementar programas de recompra de ações.

##### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia possui atualmente uma posição de liquidez confortável, além de possuir uma elevada geração de caixa. Além disto, a Companhia tem acesso a diversas fontes de financiamento doméstico e externo. Desse modo, a Diretoria entende que a Companhia possui uma sustentável capacidade de pagamento para honrar os compromissos financeiros assumidos.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes são linhas de *trade finance*, linhas de bancos de desenvolvimento, *bonds*, debêntures, cédulas de crédito bancário (CCB), além de recursos próprios. A Companhia está sempre buscando maximizar o retorno aos seus acionistas, alongando os vencimentos da dívida e melhorando as condições de liquidez. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 10.1(f).

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Diretoria entende que caso seja necessário cobrir uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá contratar linhas de crédito especiais, financiamentos com bancos, e negociar com seus fornecedores, além da possibilidade de melhorar a administração do capital de giro envolvido no negócio.

**f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo, ainda****(i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes**

Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes em 31 de dezembro de 2011

Valores em R\$ mil

	Taxas em (%)	Consolidado				Taxas em (%)	Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante			Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	381.333	473.255	573.388	1.840.269	1% até 3,50%	381.333	473.485	573.388	2.006.889
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	148.597	138.210	1.281.171	522.116	3,51% até 7,50%	276.615	372.519	3.398.081	1.454.688
Pré-Pagamento						7,51% até 10,00%		15.596		366.564
Bônus Perpétuos	7,00%	2.553	2.268	1.875.800	1.666.200					
Fixed Rate Notes	9,75%	4.191	4.546	1.031.690	916.410	4,142%	7.292	2.702	823.120	738.000
Fixed Rate Notes						5,65%	4.058	3.911	1.436.478	1.211.345
Fixed Rate Notes	6,50%	53.851	47.834	1.875.800	1.666.200	9,125%	8.273	7.349	1.125.480	999.720
Fixed Rate Notes	6,875%	26.598	23.626	1.406.850	1.249.650					
Fixed Rate Notes	10,50%	34.390	32.074	750.320	666.480					
Importações Financiadas	3,52% até 6,00%	261	57.293		59.322	3,52% até 6,00%	261	31.626		23.437
Importações Financiadas	6,01% até 8,00%	25.248	16.849	27.310	24.396	6,01% até 8,00%	6.254	16.849	5.758	24.396
CCB	1,54%	176.440				1,54%	176.440			
BNDES/FINAME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	25.903	20.085	36.750	55.256	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	23.425	17.875	33.466	50.148
Intercompany						Libor 6M + 2,25 e 3,9961%	534.185		119.246	
Outros	3,3% até 5,37% e CDI + 1,2%	105.181	85.790	145.438	103.587	Libor 6M + 2,56%	87.550	34.603		68.504
		<b>984.546</b>	<b>901.830</b>	<b>9.004.517</b>	<b>8.769.886</b>		<b>1.505.686</b>	<b>976.515</b>	<b>7.515.017</b>	<b>6.943.691</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 3,2%	430.432	308.968	1.744.727	1.907.596	TJLP + 1,5% até 3,2%	226.891	196.176	782.416	910.961
Debêntures	103,6% e 110,8% CDI e 9,4% + IGPM e 1% + TJLP	672.073	41.750	2.822.424	1.760.846	103,6% e 110,8% CDI	655.755	26.755	1.150.000	600.000
Pré-Pagamento	104,8% e 109,5% CDI	537.128	64.216	4.523.224	3.400.000	104,8% e 109,5% CDI	510.072	38.266	2.466.667	1.400.000
CCB	112,5% CDI	101.280	1.354	7.200.000	3.000.000	112,5% CDI	101.280	1.354	7.200.000	3.000.000
Intercompany						100,5% até 105,5% CDI	1.356.010	1.155.991		
Outros		9.509	26.443	37.058	23.303		1.845	1.744	5.528	6.964
		<b>1.750.422</b>	<b>442.731</b>	<b>16.327.433</b>	<b>10.091.745</b>		<b>2.851.853</b>	<b>1.420.286</b>	<b>11.604.611</b>	<b>5.917.925</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>2.734.968</b>	<b>1.344.561</b>	<b>25.331.950</b>	<b>18.861.631</b>		<b>4.357.539</b>	<b>2.396.801</b>	<b>19.119.628</b>	<b>12.861.616</b>
Custos de Transação		(32.885)	(35.929)	(145.445)	(80.816)		(27.398)	(30.454)	(114.133)	(44.614)
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação</b>		<b>2.702.083</b>	<b>1.308.632</b>	<b>25.186.505</b>	<b>18.780.815</b>		<b>4.330.141</b>	<b>2.366.347</b>	<b>19.005.495</b>	<b>12.817.002</b>

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$2.244.927 em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.080.721 em 31 de dezembro de 2010).

- **Custos de Transação das Captações**

Em 31 de dezembro de 2011 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

									<b>Consolidado</b>	
	<b>Curto prazo</b>	<b>Longo prazo</b>						<b>Total</b>	<b>TJ <sup>(1)</sup></b>	<b>TIR <sup>(2)</sup></b>
		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Após 2017</b>			
Fixed rate notes	4.067	4.779	3.478	3.100	2.203	2.203	4.852	20.615	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDES	553	491	423	389	389	389	3.491	5.572	1,3% até 1,7%	1,44% até 7,39%
BNDES	1.578	1.578	284					1.862	2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré-pagamento	8.059	8.020	6.397	2.219	2.219	2.219	1.354	22.428	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré-pagamento	509	509	509	509	509	346		2.382	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	16.220	17.651	13.902	13.902	10.056	18.046	89.777	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	647	427	427	427	427	427	674	2.809	110,8% e 103,6% CDI	12,59% e 13,27%
	<b>32.885</b>	<b>32.024</b>	<b>29.169</b>	<b>20.546</b>	<b>19.649</b>	<b>15.640</b>	<b>28.417</b>	<b>145.445</b>		

									<b>Controladora</b>	
	<b>Curto prazo</b>	<b>Longo prazo</b>						<b>Total</b>	<b>TJ <sup>(1)</sup></b>	<b>TIR <sup>(2)</sup></b>
		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Após 2017</b>			
Fixed rate notes	702	1.309						1.309	9,13%	10,01%
BNDES	307	307	239	205	205	205	2.050	3.211	1,30% até 1,70%	1,44% até 7,39%
BNDES	1.453	1.453	242					1.695	2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré-pagamento	6.309	6.270	4.647	469	469	469	625	12.949	109,50% CDI	10,08%
Pré-pagamento	509	509	509	509	509	346		2.382	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	16.218	17.651	13.902	13.902	10.057	18.046	89.776	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	646	427	427	427	427	427	676	2.811	110,8 e 103,6% CDI	12,59% e 13,27%
	<b>27.398</b>	<b>26.493</b>	<b>23.715</b>	<b>15.512</b>	<b>15.512</b>	<b>11.504</b>	<b>21.397</b>	<b>114.133</b>		

(1) TJ – Taxa de juros anual contratada

(2) TIR – Taxa interna de retorno anual

- **Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2011, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
2013	2.263.889	9%	2.568.911	13%
2014	1.933.763	8%	1.862.694	10%
2015	2.346.461	9%	2.293.779	12%
2016	2.444.259	10%	1.580.733	8%
2017	3.166.273	12%	2.384.899	13%
Após 2017	11.301.505	45%	8.428.612	44%
Bônus Perpétuos	1.875.800	7%		
	<b>25.331.950</b>	<b>100%</b>	<b>19.119.628</b>	<b>100%</b>

- **Amortizações e Captações dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o período corrente:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Saldo Inicial	20.089.447	14.267.601	15.183.349	13.583.190
Captações	7.824.012	8.754.779	7.314.956	2.640.753
Amortizações	(3.614.606)	(3.897.405)	(2.818.933)	(2.393.173)
Outros (*)	3.589.735	964.472	3.656.264	1.352.579
Saldo final	<b>27.888.588</b>	<b>20.089.447</b>	<b>23.335.636</b>	<b>15.183.349</b>

(\*) Inclusive variações cambiais e monetárias.

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 94 meses. Sobre o valor dessa CCB (cédula de crédito bancário) incidem juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip a.a. e seus juros são pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Em abril de 2011, a Companhia contratou com o Banco do Brasil, Nota Crédito à Exportação no valor de R\$1,5 bilhão e vencimento em abril de 2019. Sobre o valor desta NCE (nota de crédito a exportação) incidem juros remuneratórios correspondentes a 110,8% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip a.a. e seus juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro.

Em julho de 2011 a Companhia emitiu 115 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$10 milhões, totalizando R\$1.150.000. Sobre o valor nominal dessas debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 110,8% do CDI Cetip ao ano, e o vencimento das debêntures está previsto para 20 de julho de 2019, com opção de resgate antecipado.

Em agosto de 2011, a Companhia contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2,2 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 108 meses. Sobre o valor dessa CCB (cédula de crédito bancário) incidem juros remuneratórios correspondentes a 112,5% CDI (certificados de depósito interbancário) Cetip a.a. e seus juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Em dezembro de 2011 a Companhia liquidou antecipadamente seu programa de securitização de créditos de exportação com o pagamento do montante de R\$313.842 (sendo R\$283.857 de principal, R\$2.373 de juros e R\$27.612 de prêmio pago aos credores pela liquidação antecipada).

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças, conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imobilizado	19.383	30.288
Garantia fidejussória	87.550	74.488
Securitizações (Exportações) (*)		113.936
	<u>106.933</u>	<u>218.712</u>

## Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes em 31 de dezembro de 2010

Valores em R\$ mil

MOEDA ESTRANGEIRA	Taxas (%)	Consolidado				Taxas (%)	Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante			Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
ACC	4,35% e 4,98%		233.837			4,35% e 4,98%		233.837		
Pré - pagamento	1,24% até 3,50%	473.255	309.437	1.840.269	2.872.698	1,24% até 3,50%	473.485	59.136	2.006.889	1.357.726
Pré - pagamento	3,51% até 7,50%	138.210		522.116		3,51% até 7,50%	372.519	515.008	1.454.688	2.729.647
Pré - pagamento						7,51% até 10,00%	15.596	16.298	366.564	383.064
Bônus perpétuos	7,00% e 9,50%	2.268	26.191	1.666.200	1.305.900					
Fixed rate notes	6,50% até 9,75%	76.006	29.339	3.832.260	2.263.560	1,50% até 5,65%	6.613	683.217	1.949.345	1.110.892
Fixed rate notes	10,50%	32.074	33.518	666.480	696.480	9,13%	7.349	7.679	999.720	1.044.720
Importações financiadas	3,52% até 6,00%	57.293	42.107	59.322	80.481	3,52% até 6,00%	31.626	20.242	23.437	16.613
Importações financiadas	6,01% até 8,00%	16.849	38.041	24.396	41.679	6,01% até 8,00%	16.849	38.041	24.396	41.679
BNDES/Finame	T. Juros Res. 635/87 + 1,70% e 2,70%	20.085	19.796	55.256	75.241	T. Jur. Res. 635/87 + 1,70% e 2,70%	17.875	17.479	50.148	67.615
Outros	3,30% e 4,19% e 5,37% e CDI + 1,20%	85.790	27.826	103.587	126.870	Libor 6M + 2,25% e 4,00%	34.603	28.204	68.504	74.887
		<b>901.830</b>	<b>760.092</b>	<b>8.769.886</b>	<b>7.462.909</b>		<b>976.515</b>	<b>1.619.141</b>	<b>6.943.691</b>	<b>6.826.843</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
BNDES/Finame	TJLP + 1,50% até 3,20%	308.968	280.802	1.907.596	1.634.920	TJLP + 1,50% até 3,20%	196.176	181.348	910.961	953.492
Debêntures	103,60 % CDI e 9,40% + IGPM e 1,00% + T. Juros	41.750	30.659	1.760.846	624.570	103,60 % CDI	26.755	21.592	600.000	600.000
Pré - pagamento	104,80% e 109,50 % CDI	64.216	31.217	3.400.000	1.400.000	104,80% e 109,50 % CDI	38.266	31.217	1.400.000	1.400.000
CCB	112,50% CDI	1.354	19.782	3.000.000	2.000.000	112,50% CDI	1.354	19.782	3.000.000	2.000.000
Intercompany						100,50% até 105,50% CDI	1.155.991			
Outros	100% IGPM e 106% CDI e CDI + 0,29% e 5% e 14%	26.443	18.489	23.303	93.444	100% IGPM	1.744	1.570	6.964	7.833
		<b>442.731</b>	<b>380.949</b>	<b>10.091.745</b>	<b>5.752.934</b>		<b>1.420.286</b>	<b>255.509</b>	<b>5.917.925</b>	<b>4.961.325</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>		<b>1.344.561</b>	<b>1.141.041</b>	<b>18.861.631</b>	<b>13.215.843</b>		<b>2.396.801</b>	<b>1.874.650</b>	<b>12.861.616</b>	<b>11.788.168</b>
Custos de transação		(35.929)	(27.121)	(80.816)	(62.162)		(30.454)	(23.568)	(44.614)	(56.060)
<b>Total de empréstimos e financiamentos + custos de transação</b>		<b>1.308.632</b>	<b>1.113.920</b>	<b>18.780.815</b>	<b>13.153.681</b>		<b>2.366.347</b>	<b>1.851.082</b>	<b>12.817.002</b>	<b>11.732.108</b>

### • Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2010, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como:

Valores em R\$ mil

	Curto prazo	Consolidado							TJ <sup>(1)</sup>	TIR <sup>(2)</sup>	
		Total	Longo prazo					TJ <sup>(1)</sup>			TIR <sup>(2)</sup>
			2012	2013	2014	2015	Após 2015				
Fixed rate notes	3.900	23.155	2.786	2.920	2.219	2.068	13.162	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%		
BNDES	637	5.602	2.763	403	334	300	1.802	1,3% até 1,7%	1,44% até 7,39%		
BNDES	1.578	3.440	1.578	1.578	284			2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%		
Pré pagamento	7.590	27.089	7.591	7.591	5.928	1.750	4.229	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%		
Pré pagamento	676	3.461	676	676	676	578	855	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%		
CCB	20.765	17.881	16.727	1.154				113,5% até 117,5% CDI	11,33% até 12,82%		
Outros	783	188	188					103,6% CDI	12,59%		
	<b>35.929</b>	<b>80.816</b>	<b>32.309</b>	<b>14.322</b>	<b>9.441</b>	<b>4.696</b>	<b>20.048</b>				
<b>Controladora</b>											
	Curto prazo	Consolidado							TJ <sup>(1)</sup>	TIR <sup>(2)</sup>	
	Total	2012	2013	2014	2015	Após 2015					
Fixed rate notes	701	1.403	701	702				9,75%	10,01%		
BNDES	403	3.242	403	403	334	300	1.802	1,30% até 1,70%	1,44% até 7,39%		
BNDES	1.453	3.149	1.453	1.453	243			2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%		
Pré pagamento	5.841	15.861	5.841	5.841	4.179			109,50% CDI	10,08%		
Pré pagamento	509	2.891	509	509	509	509	855	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%		
CCB	20.765	17.881	16.727	1.154				112,5% CDI	11,33% até 12,82%		
Outros	782	187	187					103,6% CDI	12,59%		
	<b>30.454</b>	<b>44.614</b>	<b>25.821</b>	<b>10.062</b>	<b>5.265</b>	<b>809</b>	<b>2.657</b>				

(1) TJ – Taxa de juros anual contratada

(2) TIR – Taxa Interna de retorno anual

- **Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2010, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Valores em R\$ mil

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
2012	2.165.803	11,5%	2.083.976	16,2%
2013	2.088.254	11,1%	2.574.384	20,0%
2014	1.947.418	10,3%	2.074.421	16,1%
2015	2.187.899	11,6%	2.463.610	19,2%
2016	2.221.853	11,8%	1.732.319	13,5%
Após 2016	6.584.204	34,9%	1.932.906	15,0%
Bônus Perpétuos	1.666.200	8,8%		
	<b>18.861.631</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.861.616</b>	<b>100,0%</b>

- **Amortizações e Captações dos empréstimos, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o período corrente:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Saldo Inicial	14.356.884	11.983.153	13.662.818	13.064.803
Captações	8.789.548	7.671.696	2.663.709	5.946.354
Amortizações	(3.897.405)	(3.775.593)	(2.393.173)	(3.457.822)
Outros (*)	957.165	(1.522.372)	1.325.063	(1.890.517)
Saldo final	<b>20.206.192</b>	<b>14.356.884</b>	<b>15.258.417</b>	<b>13.662.818</b>

(\*) Inclusive variações cambiais e monetárias.

Em setembro de 2009, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Islands XI Corp emitiu bônus no montante de US\$750 milhões. Esses bônus com vencimento em setembro de 2019 possuem taxa de juros de 6,875% a.a., seus juros estão sendo pagos semestralmente desde março de 2010 e a emissora poderá resgatá-los antecipadamente, mediante pagamento de prêmio aos credores dos bônus.

Em julho de 2010, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Resources emitiu bônus no montante de US\$1 bilhão. Esses bônus com vencimento em julho de 2020 e possuem taxa de juros de 6,5% a.a., seus juros serão pagos semestralmente a partir de janeiro de 2011 e a emissora poderá resgatá-los antecipadamente, mediante pagamento de prêmio aos credores dos bônus.

Em setembro de 2010, a Companhia, por meio de sua subsidiária CSN Islands XII Corp., emitiu bônus perpétuos no montante de US\$1 bilhão. Esses bônus sem vencimento determinado possuem taxa de juros de 7% a.a., seus juros serão pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2010, e a emissora tem a opção de resgatá-los ao "par" (valor de face) em qualquer data de pagamento de juros, a partir de 23 de setembro de 2015 (inclusive).

Em 14 de outubro de 2010, a Companhia resgatou integralmente os Bônus Perpétuos ("Guaranteed Perpetual Bonds") emitidos em 2005, por meio de sua subsidiária integral CSN Islands X Corp., com garantia da CSN, a uma taxa de juros de 9,50% ao ano e no valor de principal de US\$ 750 milhões, acrescido de juros acumulados e não pagos até a data do resgate e de quaisquer valores adicionais pagáveis em relação aos Guranteed Perpetual Bonds.

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais, fianças e operações de securitização (exportações), conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

Valores em R\$ mil

	2010	2009
Imobilizado	47.985	47.985
Garantia fidejussória	74.488	74.612
Importações	21.820	41.964
Securitizações (Exportações)	288.338	206.125
	<b>432.631</b>	<b>370.686</b>

***(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;***

Não aplicável.

***(iii) grau de subordinação entre as dívidas;***

Não há subordinação entre as dívidas da Companhia.

***(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.***

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem certas cláusulas contratuais restritivas, usuais em contratos financeiros em geral e em operações de mesma natureza, como exemplificamos a seguir:

Os financiamentos contratados junto ao BNDES estão sujeitos às “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”. De acordo com referidas Disposições, os tomadores dos empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; (iii) realizar amortização de ações; (iv) emitir debêntures ou partes beneficiárias; e (v) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Nos termos da Quinta emissão de Debêntures da Companhia, dentre outras previsões, a Companhia não poderá fundir-se, ser incorporada, ou cindida, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por, no mínimo, 75% das debêntures em circulação (excetuadas as operações intragrupo, com previsão expressa na escritura de emissão de debêntures), ou se for assegurado aos titulares o resgate das debêntures, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração, durante pelo menos 6 meses contados da publicação da ata da assembléia geral relativa à operação.

Os Eurobonds emitidos por controladas da Companhia no exterior prevêm que, dentre outras disposições, a Companhia, na qualidade de garantidora, não poderá: (i) fundir-se, ser incorporada ou alienar a totalidade ou parcela substancial de seus ativos para terceiros, exceto se a Companhia for a entidade resultante dessa reorganização societária ou se tal entidade for uma empresa sediada no Brasil, em qualquer país da União Européia ou nos Estados Unidos, e que assuma as obrigações da garantidora; (ii) onerar seus ativos em garantia de operações de dívida em moeda estrangeira representada por valores mobiliários negociados em bolsas de valores fora do Brasil, exceto nos termos permitidos nos contratos da operação ou se, ao mesmo tempo, a Companhia garantir referidos Eurobonds.

Em operação de Nota de Crédito à Exportação, a Companhia se compromete a não distribuir dividendos extraordinários provenientes da venda do controle direto ou indireto de ativos operacionais para terceiros (não pertencentes ao grupo econômico do qual faz parte a Companhia), que resulte, cumulativamente: (a) na incapacidade da Companhia de exercer controle direto ou indireto sobre toda ou parte substancial de seus ativos e

receitas; e (b) restrinja, de forma relevante, a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações previstas na Nota de Crédito à Exportação.

#### **g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Há um total de R\$ 2.067.712 mil disponíveis para saque junto ao BNDES, FDNE, FINOR e FNE:

Este valor corresponde aos limites de utilização dos financiamentos contratados pelas Companhias: Companhia Siderúrgica Nacional, Transnordestina Logística S.A. e CSN Cimentos S.A.

#### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

<b>Demonstração dos Resultados Consolidados (R\$ mil)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>16.519.584</b>	<b>14.450.510</b>	<b>10.978.364</b>
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(9.800.844)	(7.882.726)	(7.210.774)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>6.718.740</b>	<b>6.567.784</b>	<b>3.767.590</b>
<b>Despesas e Receitas Operacionais</b>	<b>(961.818)</b>	<b>(1.569.438)</b>	<b>(206.358)</b>
Despesas com Vendas	(604.108)	(481.978)	(447.129)
Despesas Gerais e Administrativas	(575.585)	(536.857)	(480.072)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	217.875	(550.603)	720.830
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	13
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>5.756.922</b>	<b>4.998.346</b>	<b>3.561.232</b>
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(2.166.471)	(1.557.313)	(1.306.490)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	160.668	(354.145)	1.060.055
<b>Lucro antes do IR e CSLL</b>	<b>3.751.119</b>	<b>3.086.888</b>	<b>3.314.797</b>
IR e CSL Corrente	(136.427)	(363.429)	(581.735)
IR e CSL Diferido	52.542	(207.268)	(117.881)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>3.667.234</b>	<b>2.516.191</b>	<b>2.615.181</b>
Atribuído aos Sócios Controladores	3.706.033	2.516.376	2.618.934
Atribuído aos Sócios não Controladores	(38.799)	(185)	(3.753)

#### **Comparação dos Resultados referentes aos Exercícios Findos em 31/12/2011 e 31/12/2010:**

##### Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

Em 2011, a CSN apresentou receita líquida consolidada de R\$16.520 milhões, um novo recorde da Companhia, com crescimento de 14% em relação a 2010. Este desempenho reflete, principalmente, os maiores preços de minério de ferro praticados em 2011, bem como o maior volume vendido.

##### Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

Em 2011, o custo consolidado dos produtos vendidos atingiu R\$9.801 milhões, 24% superior ao CPV do ano de 2010, devido basicamente aos maiores volumes vendidos de minério de ferro e de produtos siderúrgicos.

##### Resultado Bruto

O lucro bruto totalizou R\$6.719 milhões em 2011, um aumento de 2,3% ou R\$151 milhões em comparação a R\$6.568 milhões em 2010, devido ao aumento de R\$2.069 milhões na receita operacional líquida, parcialmente compensado pelo aumento de R\$1.918 milhões no custo dos produtos vendidos.

##### Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras Operacionais

Em 2011, as despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$1.180 milhões, um crescimento de 16% em relação ao ano de 2010.

##### Outras Receitas (Despesas)

Em 2011, a linha de "Outras Receitas e Despesas" apresentou resultado positivo de R\$218 milhões, frente ao resultado negativo de R\$551 milhões em 2010. Essa variação reflete, principalmente, o ganho de R\$698 milhões referente à alienação da totalidade da participação acionária da CSN no capital da Riversdale Mining Limited em abril de 2011.

#### Resultado Financeiro Líquido

Em 2011, as despesas financeiras líquidas da Companhia, incluindo variações monetárias e cambiais, aumentaram em 5,0%, ou R\$95 milhões, de R\$1.911 milhões em 2010 para R\$2.006 milhões em 2011, principalmente devido aos seguintes fatores:

- As receitas financeiras aumentaram 11,5%, ou R\$74 milhões, de R\$643 milhões em 2010 para R\$717 milhões em 2011, principalmente em função do aumento de R\$145 milhões em rendimentos sobre aplicações financeiras, devido ao crescimento da posição de caixa. Esse aumento foi compensado pela redução de R\$46 milhões em outras receitas financeiras;
- As despesas financeiras aumentaram 31,1%, ou R\$684 milhões, de R\$2.200 milhões em 2010 para R\$2.884 milhões em 2011, principalmente em função do aumento de R\$828 milhões em juros sobre empréstimos e financiamentos, parcialmente compensado pelo aumento de R\$138 milhões em juros capitalizados.

Variações cambiais e monetárias líquidas, incluindo operações com derivativos, que passaram de uma perda de R\$354 milhões em 2010 para um ganho de R\$161 milhões em 2011, basicamente devido à depreciação do real contra o dólar americano.

#### Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social e Impostos Diferidos

No ano de 2011 a Companhia registrou uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$84 milhões, enquanto em 2010 foi registrada uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$571 milhões.

#### Lucro Líquido Consolidado

No ano de 2011 o lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$3.667 milhões, 46% maior que o lucro líquido de 2010, basicamente devido ao ganho de R\$698 milhões com a alienação da totalidade da participação acionária da Companhia no capital da Riversdale Mining Limited em abril de 2011.

#### **Comparação dos Resultados referentes aos Exercícios Findos em 31/12/2010 e 31/12/2009:**

##### Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A receita líquida do ano de 2010 alcançou R\$14.451 milhões, 31,6% acima da registrada em 2009, impulsionada pelo crescimento do volume vendido de produtos siderúrgicos e maiores preços praticados e o maior volume de vendas de minério de ferro em 2010.

##### Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R\$7.883 milhões em 2010, superior em 9,3% em relação ao registrado no ano de 2009, basicamente em decorrência do maior volume de vendas de produtos siderúrgicos no ano, parcialmente compensado pela maior diluição dos custos fixos.

##### Resultado Bruto

Em 2010, o lucro bruto atingiu R\$6.568 milhões, um crescimento de 74,3% em relação ao lucro bruto de 2009, em função do aumento na receita líquida, aliado a um aumento não proporcional nos custos dos produtos vendidos.

##### Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

No acumulado de 2010, as despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$1.019 milhões, um crescimento de 9,9% em relação a 2009, refletindo o maior esforço de vendas da Companhia em 2010.

##### Outras Receitas (Despesas)

Em 2010, a linha de “Outras Receitas e Despesas” apresentou resultado negativo de R\$551 milhões, frente ao resultado positivo de R\$721 milhões em 2009. Essa variação negativa de R\$1.272 milhões deve-se basicamente aos efeitos positivos não recorrentes do ganho de R\$835 milhões na incorporação reversa da Big Jump Energy Participações S.A pela Namisa e da adesão da CSN e suas subsidiárias ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), registrados em 2009.

##### Resultado Financeiro Líquido

Em 2010, nossas despesas financeiras aumentaram em 676,8%, ou R\$1.665 milhões, de R\$246 milhões em 2009 para R\$1.911 milhões em 2010, basicamente devido aos seguintes fatores:

- As receitas financeiras aumentaram 10%, ou R\$57 milhões, de R\$586 milhões em 2009 para R\$643 em 2010, principalmente em função do aumento de R\$118 milhões em rendimentos sobre aplicações financeiras, devido ao crescimento da posição de caixa, parcialmente compensado pela redução de R\$58 milhões em outras receitas financeiras;
- As despesas financeiras aumentaram 16,3%, ou R\$308 milhões, de R\$1.892 milhões em 2009 para R\$2.200 milhões em 2010, principalmente em função do aumento de R\$514 milhões em juros de empréstimos e financiamentos em moeda local e do aumento de R\$43 milhões em juros de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, parcialmente compensado pelo aumento de R\$130 milhões em juros capitalizados e redução de R\$125 milhões em perdas com instrumentos derivativos;

Variações cambiais e monetárias líquidas, incluindo operações com derivativos, que passaram de um ganho de R\$1.060 milhões em 2009 para uma perda de R\$354 milhões em 2010, basicamente devido à apreciação do real contra o dólar americano.

#### Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social e Impostos Diferidos

No ano de 2010, as despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R\$571 milhões, inferior em R\$129 milhões em relação àquelas registradas no ano de 2009.

#### Lucro Líquido

No ano de 2010, o lucro líquido de R\$2.516 milhões foi 3,9% inferior ao lucro líquido de 2009. Os melhores resultados dos segmentos de siderurgia e mineração foram compensados pelo aumento das outras despesas operacionais, por conta dos ganhos não recorrentes registrados em 2009 e pelo aumento das despesas financeiras neste ano.

Balancos Patrimoniais	2011	AV <sup>1</sup>	AH <sup>2</sup>	2010	AV <sup>1</sup>	AH <sup>2</sup>	2009	AV <sup>1</sup>
<b>ATIVO</b>								
<b>Ativo Circulante</b>	<b>21.944.306</b>	<b>46,8%</b>	<b>38,9%</b>	<b>15.793.688</b>	<b>41,5%</b>	<b>23,0%</b>	<b>12.835.473</b>	<b>41,8%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.417.393	32,9%	50,6%	10.239.278	26,9%	28,5%	7.970.791	25,9%
Contas a receber	1.616.206	3,4%	18,2%	1.367.759	3,6%	3,0%	1.327.941	4,3%
Estoques	3.734.984	8,0%	11,3%	3.355.786	8,8%	28,8%	2.605.373	8,5%
Tributos a recuperar	584.273	1,2%	23,3%	473.787	1,2%	-36,4%	744.774	2,4%
Outros Ativos Circulantes	591.450	1,3%	65,6%	357.078	0,9%	91,4%	186.594	0,6%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>24.925.396</b>	<b>53,2%</b>	<b>12,0%</b>	<b>22.261.757</b>	<b>58,5%</b>	<b>24,4%</b>	<b>17.890.030</b>	<b>58,2%</b>
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	139.679	0,3%	24,2%	112.484	0,3%	0,0%	-	0,0%
Contas a receber	10.043	0,0%	-82,8%	58.485	0,2%	-72,5%	212.486	0,7%
Tributos diferidos	1.840.773	3,9%	15,6%	1.592.941	4,2%	-18,6%	1.957.058	6,4%
Créditos com partes relacionadas	-	0,0%	-100,0%	479.120	1,3%	0,0%	479.120	1,6%
Outros Ativos não Circulantes	2.866.226	6,1%	-22,0%	3.676.080	9,7%	10,4%	3.328.558	10,8%
Investimentos	2.088.225	4,5%	-0,7%	2.103.624	5,5%	553,5%	321.902	1,0%
Imobilizado	17.377.076	37,1%	26,1%	13.776.567	36,2%	23,7%	11.133.347	36,2%
Intangível	603.374	1,3%	30,5%	462.456	1,2%	1,1%	457.559	1,5%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>46.869.702</b>	<b>100%</b>	<b>23,2%</b>	<b>38.055.445</b>	<b>100%</b>	<b>23,9%</b>	<b>30.725.503</b>	<b>100%</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.496.947</b>	<b>13,9%</b>	<b>45,8%</b>	<b>4.455.955</b>	<b>11,7%</b>	<b>11,5%</b>	<b>3.998.066</b>	<b>13,0%</b>
Salários e contribuições sociais	202.469	0,4%	22,9%	164.799	0,4%	22,8%	134.190	0,4%
Fornecedores	1.232.075	2,6%	97,7%	623.233	1,6%	3,0%	605.061	2,0%
Obrigações fiscais	325.132	0,7%	17,8%	275.991	0,7%	-18,1%	336.804	1,1%
Empréstimos e financiamentos	2.702.083	5,8%	106,5%	1.308.632	3,4%	17,5%	1.113.920	3,6%
Provisões	306.743	0,7%	34,3%	228.348	0,6%	20,5%	189.517	0,6%
Outras Obrigações	1.728.445	3,7%	-6,8%	1.854.952	4,9%	14,6%	1.618.574	5,3%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>31.955.585</b>	<b>68,2%</b>	<b>24,0%</b>	<b>25.776.802</b>	<b>67,7%</b>	<b>28,0%</b>	<b>20.137.927</b>	<b>65,5%</b>
Empréstimos e financiamentos	25.186.505	53,7%	34,1%	18.780.815	49,4%	42,8%	13.153.681	42,8%
Tributos diferidos	37.851	0,1%	0,0%	-	0,0%	-100,0%	30.040	0,1%
Outras obrigações	5.593.520	11,9%	29,4%	4.321.666	11,4%	17,9%	3.666.323	11,9%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	346.285	0,7%	-82,8%	2.016.842	5,3%	-29,0%	2.838.670	9,2%
Plano de pensão e saúde	469.050	1,0%	27,5%	367.839	1,0%	16,0%	317.145	1,0%
Outras provisões	322.374	0,7%	11,3%	289.640	0,8%	119,3%	132.068	0,4%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>8.417.170</b>	<b>18,0%</b>	<b>7,6%</b>	<b>7.822.688</b>	<b>20,6%</b>	<b>18,7%</b>	<b>6.589.510</b>	<b>21,4%</b>
Capital social Integralizado	1.680.947	3,6%	0,0%	1.680.947	4,4%	0,0%	1.680.947	5,5%
Reserva de capital	30	0,0%	0,0%	30	0,0%	0,0%	30	0,0%
Reservas de lucros	7.671.620	16,4%	25,4%	6.119.798	16,1%	12,4%	5.444.605	17,7%
Lucros acumulados	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	-100,0%	(33.417)	-0,1%
Outros resultados abrangentes	(1.366.776)	-2,9%	713,5%	(168.015)	-0,4%	-71,3%	(585.715)	-1,9%
Participação de acionistas não controladores	431.349	0,9%	127,1%	189.928	0,5%	128,7%	83.060	0,3%
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>46.869.702</b>	<b>100%</b>	<b>23,2%</b>	<b>38.055.445</b>	<b>100%</b>	<b>23,9%</b>	<b>30.725.503</b>	<b>100%</b>

## **Balanco Patrimonial da Companhia (consolidado) – R\$ mil:**

**Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas de 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 preparados de acordo com os IFRS e os CPCs**

### **Comparação entre os balanços patrimoniais de 31.12.2011 e 31.12.2010**

#### Ativo circulante

*Caixa e Equivalentes de Caixa:* São compostos pelas contas de disponível, títulos públicos, privados e debêntures conforme as demonstrações consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$15.417 milhões, 50,6% superior aos R\$10.239 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação positiva de R\$5.178 milhões é explicada principalmente pela geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$4.202 milhões e de financiamento de R\$4.741 milhões, parcialmente compensadas pelo caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$5.275 milhões, conforme descrito no Fluxo de Caixa de 2011.

*Contas a receber de terceiros:* Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes totalizavam R\$ 1.617 milhões, 18,2% superior ao valor de 2010. Essa variação decorre principalmente do segmento de mineração, com o aumento do volume de vendas e preços em 2011.

*Estoques:* Em 31 de dezembro de 2011, os estoques da CSN eram de R\$3.735 milhões, 11,3% superior ao estoque de dezembro de 2010. A variação decorre principalmente do aumento do estoque de matérias primas, principalmente carvão e coque.

#### Ativo não circulante

*Impostos diferidos:* Em 31 de dezembro de 2011, a conta de impostos diferidos não circulante totalizava R\$1.841 milhões, 15,6% superior ao valor de 2010. Esta variação positiva de R\$ 247 milhões é explicada, principalmente, pelo aumento do imposto de renda e da contribuição social diferidos calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social em aproximadamente R\$576 milhões e redução do IR/CS diferido sobre as diferenças temporárias em aproximadamente de R\$329 milhões.

*Créditos com partes relacionadas:* Em 28 de janeiro de 2009, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada em conjunto, Nacional Minérios S.A., no valor de R\$1.198 milhões, remunerado a valor de mercado e com vencimento em 2012. Em decorrência da consolidação proporcional de 60% da Nacional Minérios S.A na Companhia, o valor de 40% correspondente à participação não consolidada era apresentado como um crédito com controladas no valor de R\$479 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este contrato foi liquidado em abril de 2011.

*Investimentos:* Em 31 de dezembro de 2011, o valor da conta de investimentos era de R\$2.088 milhões, devido basicamente às aquisições de títulos disponíveis para negociação e venda.

*Imobilizado:* Em 31 de dezembro de 2011 o valor do Imobilizado era de R\$17.377 milhões, 26,1 % superior ao registrado em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é decorrente das aquisições de imobilizado do período que somaram aproximadamente R\$4.401 milhões, parcialmente compensadas pela depreciação. São aquisições realizadas, basicamente, para os projetos de Mineração, Cimentos, Aços Longos e Transnordestina e são referentes, principalmente, a: (i) expansão da mina de Casa de Pedra (ii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ); (iii) construção da fábrica de clínquer em Arcos (MG) e (iv) ferrovia Nova Transnordestina.

*Intangível:* Em 31 de dezembro de 2011, o intangível era de R\$603 milhões composto basicamente por ágios atrelados à rentabilidade futura. A principal variação em 2011 foi decorrente do ágio referente à aquisição da CBL.

#### Passivo

*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2011, as dividas de curto e longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 27.889 milhões, 39,0% superior ao valor de 2010. O aumento da dívida decorre do aumento das captações ocorridas em 2011, conforme explicado acima no item 10.f.

*Provisões:* Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica apresenta saldo de R\$653 milhões, basicamente referentes a provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas no valor de R\$638 milhões. O saldo da conta de provisões apresentou em 31 de dezembro de 2011 uma redução de 71% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2010 basicamente pela adesão ao REFIS

*Outras obrigações:* Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é composto de R\$7.322 milhões, principalmente, por

tributos parcelados no valor de R\$2.224 e passivos com partes relacionadas no valor de R\$3.094 milhões. O passivo com partes relacionadas refere-se ao adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A., decorrente da obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários pela Companhia.

*Plano de Pensão e Saúde:* Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$469 milhões, consiste basicamente do registro da obrigação construtiva dos custos com o plano de assistência médica para ex-empregados aposentados até 1997 patrocinado pela Companhia.

*Patrimônio líquido:* Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido era de R\$8,417 milhões, 7,6% maior que em 2010 em razão, basicamente, (i) do lucro líquido do exercício de 2011, líquido de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos; (ii) e outros resultados abrangentes.

#### **Comparação entre os balanços patrimoniais de 31.12.2010 e 31.12.2009**

##### Ativo circulante

*Caixa e Equivalentes de Caixa:* São compostos pelas contas de disponível e títulos e valores mobiliários conforme as demonstrações consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$10.239 milhões, 28,5% superior aos R\$7.971 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esta variação positiva de R\$2.268 milhões é explicada basicamente pela geração de caixa operacional em 2010, parcialmente compensada pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas de R\$1,5 bilhão. Outras movimentações relevantes do período foram a captação de R\$2 bilhões pela CSN junto a Caixa Econômica Federal, captação no valor US\$1 bilhão através da emissão de bônus com vencimento de 10 anos.

*Contas a receber de terceiros:* Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes totalizavam R\$ 1.368 milhões, 3,0% superior ao valor de 2009. Essa variação decorre principalmente do aumento de preços e maior volume de vendas em 2010.

*Estoques:* Em 31 de dezembro de 2010, os estoques da Companhia eram de R\$3.356 milhões, 28,8% superior ao estoque de dezembro de 2009. Esta variação decorre principalmente do aumento do estoque de produtos siderúrgicos acabados, que passam de 328 mil toneladas em 2009 para 638 mil toneladas em 2010, equivalente a um aumento de aproximadamente R\$400 milhões.

##### Ativo não circulante

*Impostos diferidos:* Em 31 de dezembro de 2010, a conta de impostos diferidos não circulante totalizava R\$1.593 milhões, 18,6% inferior ao valor de 2009. Esta redução é decorrente, principalmente, da utilização do prejuízo fiscal oriundo do pagamento do Refis Federal no valor de R\$150 milhões e redução das diferenças temporárias no valor de R\$122 milhões.

*Créditos com partes relacionadas:* Em 28 de janeiro de 2009, a Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada em conjunto, Nacional Minérios S.A., no valor de R\$1.198 milhões, remunerado a valor de mercado e com vencimento em 2012. Em decorrência da consolidação proporcional de 60% da Nacional Minérios S.A na Companhia, o valor de 40% correspondente à participação não consolidada é apresentado como um crédito com controladas no valor de R\$479 milhões, que permanece em 2010.

*Investimento:* Em 31 de dezembro de 2010, o valor da conta de investimentos era de R\$2.103 milhões, devido basicamente às aquisições de títulos disponíveis para negociação e venda.

*Imobilizado:* Em 31 de dezembro de 2010 o valor do Imobilizado era de R\$13.776 milhões, 23,7 % superior ao registrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação é decorrente das aquisições de imobilizado do período que somaram aproximadamente R\$3.636 milhões, parcialmente compensados pela depreciação. São aquisições de imobilizado realizadas, basicamente, para os projetos de Mineração, Cimentos, Aços Longos e Transnordestina e são referentes, principalmente, a: (i) expansão da mina de Casa de Pedra (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda (RJ) e da fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ) e (iv) ferrovia Nova Transnordestina que ligará o cerrado do nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

*Intangível:* Em 31 de dezembro de 2010, o intangível era de R\$462 milhões composto basicamente por ágios atrelados à rentabilidade futura.

##### Passivo

*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:* Em 31 de dezembro de 2010, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia totalizavam R\$20.089 milhões, 40,8 % superior ao valor de 2009. O aumento da dívida decorre de novas

captações ocorridas em 2010, conforme explicado acima no item *Caixa e Equivalentes de Caixa*.

*Provisões:* Em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica apresentava um saldo de R\$2.245 milhões, 26,0% menor que em 31 de dezembro de 2009. A principal variação foi decorrente da adesão ao programa de recuperação fiscal instituído pela lei no. 11.941/09 e pela medida provisória 470/09, que reduziu o montante de multas, juros e encargos legais das contingências incluídas no REFIS.

*Outras obrigações:* Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$6.177 é composto, principalmente, por tributos parcelados no valor de R\$1.517 milhões e passivos com partes relacionadas no valor de R\$3.029 milhões. O passivo com partes relacionadas refere-se ao adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. Este adiantamento é decorrente da obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários pela Companhia.

*Plano de Pensão e Saúde:* Em 31 de dezembro de 2010, o saldo desta conta era de R\$368 milhões, basicamente decorrente do registro da obrigação construtiva dos custos com o plano de assistência médica para ex-empregados aposentados até 1997 patrocinado pela Companhia.

*Patrimônio líquido:* Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido era de R\$7.823 milhões, 18,7 % maior que em 2009 em razão, basicamente, (i) do lucro líquido do exercício de 2010, líquido de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos; (ii) do ajuste cumulativo da conversão das demonstrações contábeis das controladas da Companhia no exterior e outros resultados abrangentes.

#### **Fluxo de Caixa (consolidado)**

R\$ Mil

<b>Fluxo de caixa</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.201.780	2.517.304	(684.146)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(5.275.011)	(4.635.797)	(617.331)
Caixa líquido das atividades de financiamento	4.740.715	4.615.813	1.421.603
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1.510.631	(228.833)	(1.300.744)
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.178.115</b>	<b>2.268.487</b>	<b>(1.180.618)</b>

#### **Comparação entre os fluxos de caixa de 2011 e 2010**

A geração de caixa operacional líquida foi de R\$4.202 milhões e R\$2.517 milhões em 2011 e 2010, respectivamente. O aumento de R\$ 1.685 milhões no caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2011 quando comparado a 2010, deve-se principalmente ao aumento de R\$ 1.171 milhões no efeito caixa do lucro líquido e da redução no capital de giro em R\$ 514 milhões.

O Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 5.275 milhões em 2011 e de R\$ 4.636 milhões em 2010. A variação de R\$639 milhões de 2010 para 2011 é decorrente, principalmente, das aquisições de imobilizados durante o período, principalmente, nos projetos em andamento de expansão da mina de Casa de Pedra e do Tecar, construção da usina de aços longos em Volta Redonda e da ferrovia Transnordestina.

O Fluxo de Caixa gerado por atividades de financiamento aumentou de R\$ 4.616 milhões em 2010 para R\$ 4.741 milhões em 2011. Essa variação decorre principalmente da redução de R\$1.238 milhões em amortizações, compensada por uma redução de R\$931 milhões nas captações e um aumento de R\$296 milhões em pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio.

Adicionalmente, a variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa apresentou um acréscimo de caixa no valor de R\$ 1.739 milhões.

#### **Comparação entre 2010 e 2009**

Em 2010, a geração de caixa operacional líquida foi de R\$ 2.517 milhões e em 2009, o caixa operacional utilizado foi de R\$684 milhões. O aumento de R\$ 3.202 milhões na geração de caixa operacional, deve-se principalmente ao crescimento de R\$ 3.052 milhões no efeito caixa do lucro líquido e redução no capital de giro alocado ao negócio em R\$150 milhões.

O Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$4.636 milhões e R\$617 milhões em 2010 e 2009 respectivamente. A variação de R\$ 4.019 milhões é decorrente da aquisição de ações da Riversdale Mining Limited em 2010, e das aquisições de imobilizado durante o período, principalmente, para os projetos em andamento da expansão da mina da Casa de Pedra, construção da fábrica de cimentos e da fábrica de clínquer, construção da usina

de aços longos em Volta Redonda e ferrovia Nova Transnordestina, além da operação de liquidação de equity swap no montante de R\$ 1.420 milhões, em 2009.

O Fluxo de Caixa gerado por atividades de financiamento aumentou de R\$ 1.422 milhões em 2009 para R\$ 4.616 milhões em 2010. Esta variação é predominantemente explicada pelas captações de empréstimos realizadas em 2010 e por um desembolso de caixa de R\$ 1.350 milhões em 2009 no saldo de ações em tesouraria, que não se repetiu em 2010.

## 10.2

### **a) resultados das operações da Companhia, em especial**

#### **(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas e embalagens de aço, incluindo participações em ferrovias, terminais portuários, produção de cimento e geração de energia.

O sistema integrado de produção da Companhia, aliado à qualidade de gestão, faz com que a Companhia tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

A Companhia busca sempre maximizar o retorno aos seus acionistas através de uma atuação concentrada em cinco atividades-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

#### **1. Mineração**

##### **1.1. Minério de Ferro**

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas em Minas Gerais, abastece a Companhia com o minério de ferro necessário à sua produção siderúrgica.

Em julho de 2007 a Companhia, por meio de sua controlada em conjunto, Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), adquiriu a Companhia de Fomento Mineral, localizada no Estado de Minas Gerais, com minas próximas à mina de Casa de Pedra, elevando sua capacidade de produção.

Ainda em 2007 a Companhia ingressou no mercado transoceânico de minério de ferro, por meio da Namisa.

A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial à China. A Companhia vem firmando sua posição como um importante *player* no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo o segundo maior exportador nacional de minério de ferro, em conjunto com a Nacional Minérios S.A.

Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da Namisa, a CSN comercializou em 2011 um volume recorde de 29,3 milhões de toneladas, um crescimento de 16% em relação ao ano anterior. Deste total, as exportações representaram 27,9 milhões. Além disso, em 2011, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6,8 milhões de toneladas de minério de ferro.

##### **1.2. Calcário**

A mineração da Bocaina, mina de calcário localizada em Arcos-MG, é responsável pelo suprimento de calcário calcítico e calcário dolomítico, fundentes consumidos pela CSN para a produção de aço na Usina Presidente Vargas (“UPV”) em Volta Redonda/RJ. Em 2011, a mina forneceu para a UPV cerca de 1,9 milhão de toneladas de calcário, além de passar a fornecer, a partir de maio de 2011, calcário não siderúrgico para produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação do cimento em Volta Redonda. Assim a CSN demonstra cada vez mais integração entre suas atividades, verticalizando a produção e ganhando em competitividade e rentabilidade.

##### **1.3. Estanho**

Uma das matérias-primas essenciais para a produção de folhas de flandres é o estanho, produzido pela Estanho de Rondônia S.A (“ERSA”), controlada da CSN. A ERSA é constituída pela Mineração Santa Bárbara, em Itapuã do Oeste e por uma fundição em Ariquemes ambas no Estado de Rondônia.

#### **1.4. Tecar**

O Terminal de Granéis Sólidos (Tecar) é responsável pelo embarque de todo o minério de ferro negociado pela Companhia no mercado transoceânico, o que posiciona a Companhia como uma importante exportadora desta matéria-prima. Além disso, pelo Tecar são desembarcados outros produtos como carvão, coque de petróleo, enxofre e concentrado de zinco para consumo próprio e para clientes diversos.

Em 2011, foram embarcadas, através do Tecar, 29,8 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros, um aumento de 18% em relação ao ano anterior e foram desembarcadas cerca de 3,6 milhões de toneladas de carvão e coque para consumo próprio e para clientes diversos.

#### **2. Siderurgia**

Dominando toda a cadeia produtiva de aços planos, a CSN atende a diferentes segmentos da indústria, com uma diversificada linha de produtos de alto valor agregado. A empresa produz os mais diversos tipos de materiais revestidos galvanizados, resistentes à corrosão e menos suscetíveis a oscilações de preços no mercado internacional.

Os principais mercados atendidos pela Companhia são: automotivo; construção civil; grande rede (distribuição); linha branca (eletrodomésticos); OEM (bens de capital) e embalagens metálicas.

A Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, uma em Porto Real no Estado do Rio de Janeiro e outra na filial CSN localizada no estado do Paraná, em Araucária, onde opera também com os processos de laminação a frio e pré-pintura.

A CSN conta ainda com duas controladas no exterior: a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua em laminação a frio e galvanização e a Lusosider, em Paio Pires, Portugal, que também produz laminados revestidos.

A CSN é a única fabricante de folhas metálicas no Brasil e uma das cinco maiores do mundo, com capacidade instalada de 1 milhão de toneladas por ano de folhas de flandres, largamente utilizadas no setor de embalagens. A Companhia também é produtora de Galvalume, aço revestido com zinco e alumínio, que conjuga brilho e durabilidade, além de aços pré-pintados, ambos muito aplicados nos setores de construção civil e linha branca.

Estão em andamento as obras da primeira unidade para produção de aços longos, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, utilizando a infraestrutura existente no complexo siderúrgico da Usina Presidente Vargas.

##### **2.1 - Usina Presidente Vargas**

Em 2011, a produção de aço bruto atingiu 4,9 milhões de toneladas, representando uma utilização de 87% da capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais da Usina Presidente Vargas. Já a produção de laminados atingiu 4,7 milhões de toneladas. Em 2010 e 2009, foram produzidas 4,9 milhões de toneladas e 4,4 milhões de toneladas de aço bruto, respectivamente.

##### **2.2- Filial Porto Real**

A filial da CSN em Porto Real está situada estrategicamente entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, atende principalmente o setor automotivo, oferecendo ampla gama de produtos e serviços de padrão internacional. Conta com uma linha de galvanização a quente e um centro de serviços de corte, além de um moderno centro de solda a laser. Em 2011 sua produção atingiu 242 mil toneladas, direcionadas basicamente para o setor automotivo; em 2010 a produção foi de 307 mil toneladas e em 2009, a produção totalizou 280 mil toneladas. Em maio de 2011, foi inaugurado o novo Centro de Serviços da filial CSN em Porto Real, ampliando a capacidade de corte para 20 mil toneladas por mês.

##### **2.3 – Cia. Metalic Nordeste**

Controlada pela CSN, a Cia. Metalic Nordeste (“Metalic”) é a única produtora de latas de aço de duas peças para bebidas da América Latina, produzindo também tampas de alumínio para latas de bebidas.

Em 2009, a Metalic iniciou a produção de latas de 250 ml, atingindo 15,7 milhões de latas vendidas. Naquele mesmo

ano, o total de venda das latas de 350 ml foi de 784 milhões de latas. Em 2010, a Metalic vendeu 831 milhões de latas de 350 ml e 60 milhões de latas de 250 ml, e em 2011, a companhia comercializou 619 milhões de latas de 350 ml e 67 milhões de latas de 250 ml.

Atualmente a Metalic detêm 3,5% da participação no mercado nacional e 21% de participação no mercado do Nordeste de latas para bebidas.

#### **2.4- Companhia Metalúrgica Prada**

Fundada em 1936, a Companhia Metalúrgica Prada (“Prada”) foi integrada ao Grupo adquirida pela CSN em 2006. Com o maior parque industrial da América Latina voltado à produção de embalagens de aço e serviços de litografia, a Prada possui duas plantas localizadas em São Paulo-SP onde está seu parque litográfico e a fabricação de embalagens para produtos químicos e aerossóis e uma em Uberlândia-MG dedicada a embalagens de alimentos, constituindo-se em importante cliente de folhas metálicas da CSN.

Suas linhas estão capacitadas a atender os elevados volumes e as especificações técnicas demandados pelas indústrias de alimentos, química e de aerossóis.

A Prada revalidou em 2011 sua Certificação ISO 9001:2008, obtida inicialmente em 1995, tendo sido a primeira empresa do segmento a alcançar tal qualificação.

Em 2011, a Prada realizou investimentos destinados a aquisição de novas tecnologias, aumentou sua participação de mercado e continua focando suas operações no mercado de produtos químicos e aerossol, segmentos de atuação que apresentam maior rentabilidade no setor de embalagens metálicas.

Além do setor de embalagens, a Prada atua no mercado de distribuição e serviços por meio de unidades de negócios que cobrem todo o território nacional, divididas em três centros de serviços e nove centros de distribuição preparados para atender, com produtos como: chapas, blanks, rolos, perfis UDC, tubos com costura, steel deck e telhas metálicas, aos mais diversos segmentos da indústria, desde automotivo até construção civil. A Prada está entre as maiores do segmento de distribuição e processamento de aços planos e por meio de sua ampla gama de serviços de corte, conformação e logística, oferece serviços de pronta entrega e sob encomenda, agregando valor ao portfólio de produtos CSN.

Em 2011 a Prada comercializou 467 mil toneladas através do segmento de distribuição, 29% acima do verificado no ano anterior e abriu um novo centro de distribuição na cidade de Mauá-SP.

#### **2.5- Companhia Siderúrgica Nacional, LLC**

Braço da Companhia nos Estados Unidos, a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (“CSN LLC”) administra uma usina de laminação a frio e galvanização, instalada no Estado de Indiana. Em 2011 foram produzidas nesta unidade 260 mil toneladas de bobinas laminadas a frio e galvanizadas. Nos anos de 2010 e 2009 foram produzidas, respectivamente, 250 mil e 218 mil toneladas.

#### **2.6- Lusosider Projectos Siderurgicos S.A.**

Instalada em Paio Pires, Portugal, a Lusosider Projectos Siderúrgicos, S.A. (“Lusosider”) opera com laminação a frio e galvanização por imersão a quente. No ano de 2011, a Lusosider produziu e comercializou no mercado europeu 242 mil toneladas de produtos galvanizados, enquanto em 2010 e 2009 estes volumes atingiram 241 mil e 197 mil toneladas, respectivamente.

### **3. Logística**

#### **Portuária**

O Sepetiba Tecon, terminal de contêineres e carga geral, administrado pela Sepetiba Tecon S.A., uma controlada da Companhia, movimentou em 2011 216 mil contêineres, 316 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 11 mil toneladas de carga geral, mantendo-se na primeira posição no market share entre os quatro principais terminais dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo com 29% do total de contêineres movimentados.

O Sepetiba Tecon é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

## **Ferrovária**

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A. (“MRS”) e a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”).

### **MRS**

A MRS Logística opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte.

A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo- Belo Horizonte.

A MRS Logística, que completou 15 anos de atividade, reafirmando uma trajetória de expressivo crescimento, continua apresentando bons resultados. Em 2011 transportou cerca de 152 milhões de toneladas; em 2010, o volume transportado foi de 144 milhões de toneladas, e em 2009, o volume totalizou 129 milhões de toneladas.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados *heavy haul* (cargas de minério, carvão e coque), com o transporte de cerca de 113,7 milhões de toneladas, equivalente a 74,6% do total transportado pela Companhia, bem como contratos de longo prazo, novos negócios e projetos que visam alavancar o crescimento da empresa.

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, com cerca de 60 mil contêineres transportados.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN, tanto para o mercado doméstico como para exportação, além dos produtos de mineração.

### **Transnordestina Logística (“TLSA”)**

A TLSA é operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, percorrendo sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km. O contrato de concessão da TLSA foi assinado em 1997 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

A capacidade atual de transporte da ferrovia é de cerca de dois milhões de toneladas/ano, sendo que em 2011 foram transportadas 1,4 milhão de toneladas, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio, e minério, entre outros produtos, especialmente no trecho entre São Luís, Teresina e Fortaleza.

A participação da CSN no capital social da TLSA ao final de 2011 atingiu 70,91%.

## **4. Energia**

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país, superada apenas pelas empresas do setor de alumínio. Por isso, vem investindo desde 1999 em projetos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência. Seus ativos neste segmento são a Usina Hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, onde a CSN detém 29,95%, correspondente a 167 MW, por meio de uma participação societária de 48,75% na Itá Energética S. A., a Usina Hidrelétrica de Igarapava, em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW e participação de 17,9% e a Central de co-Geração Termoelétrica, instalada na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, com capacidade instalada de 238 MW. Esta unidade utiliza como combustível os próprios gases residuais da produção siderúrgica.

Todos estes ativos asseguram à CSN uma capacidade de geração média de 428 MW, atendendo dessa forma a necessidade total de energia elétrica das Empresas CSN.

## **5. Cimento**

A indústria cimenteira possui alta complementaridade com a siderurgia e abastece todo o segmento de construção civil, setor de importância fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

A CSN Cimentos S.A. (“CSN Cimentos”), controlada da Companhia, produziu e comercializou em 2011 cerca de 1,8 milhão de toneladas de cimento, através de sua primeira fábrica localizada em Volta Redonda/RJ, um crescimento de

77% em relação ao ano anterior.

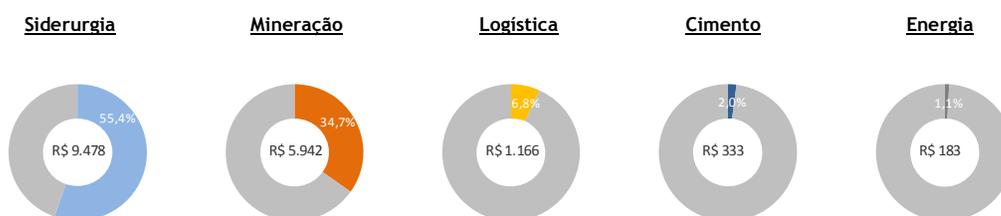
O cimento produzido pela CSN Cimentos é atualmente comercializado na região da Baixada Fluminense, sul do Estado do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba e Grande São Paulo, além do sul do Estado de Minas Gerais. Atualmente a CSN conta com seis centros de distribuição, fator essencial para aumentar a pulverização das vendas e garantir sua competitividade.

### Receita Líquida

As tabelas e gráficos a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

R\$ Milhões		Siderurgia	Mineração	Log. Portuária	Log. Ferroviária	Energia	Cimento	Elim./Corp	Consolidado
2011	Mercado Interno	8.190	834	143	-	1.023	183	333	10.142
	Mercado Externo	1.287	5.108	-	-	-	-	(17)	6.378
	<b>Total</b>	<b>9.478</b>	<b>5.942</b>	<b>143</b>	<b>1.023</b>	<b>183</b>	<b>333</b>	<b>(582)</b>	<b>16.520</b>
2010	Mercado Interno	8.763	574	119	-	838	114	202	10.247
	Mercado Externo	1.163	3.041	-	-	-	-	-	4.204
	<b>Total</b>	<b>9.926</b>	<b>3.615</b>	<b>119</b>	<b>838</b>	<b>114</b>	<b>202</b>	<b>(364)</b>	<b>14.451</b>

### Receita Líquida por Segmento em 2011 – R\$ Milhões



### (ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da produção e comercialização de produtos siderúrgicos e minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A maior parcela das vendas de aço da Companhia é realizada no mercado interno. Dessa forma, um importante fator de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, em especial automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito, como impostos ou outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras do PAC, entre outros.

Outro fator de influência é o balanço de oferta e demanda de aço no mundo, o que determina patamares de preços e influencia também o nível de importação.

No negócio de mineração, os resultados são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro. A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provêm das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China.

Do lado dos custos, os preços de carvão metalúrgico e coque, pelotas, metais como alumínio, zinco e estanho, bem como as taxas de câmbio, são fatores importantes para a produção siderúrgica. No caso da mineração e logística (transporte ferroviário), o custo de diesel é um componente importante, e como a Companhia tem projetos de expansão, o custo de equipamentos e serviços é uma variável fundamental a ser monitorada.

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Na siderurgia, além dos preços internacionais, outros fatores podem afetar os preços de nossos produtos, como taxas de câmbio, alíquotas de importação, oferta e demanda internas.

Com relação à mineração, a maior parte de nossas vendas provêm das exportações de minério de ferro, estando,

portanto, atreladas aos preços internacionais.

No caso de cimento, a receita é toda em Reais e variações inflacionárias podem modificar os resultados.

Como a maior parte das receitas provém da siderurgia e mineração, a Companhia quantifica a seguir os efeitos das modificações de volumes e preços nestes dois segmentos sobre as suas receitas.

Em 2011, a receita líquida da Companhia atingiu R\$16,5 bilhões, decorrente principalmente dos resultados dos segmentos de siderurgia e mineração. A receita líquida de siderurgia foi de R\$9,5 bilhões, ou 55% da receita líquida consolidada, com vendas de aço de 4,9 milhões de toneladas. Deste total, 86% foram comercializadas no mercado interno e 14% no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider e CSN LLC). A receita líquida de mineração totalizou R\$5,9 bilhões em 2011, uma participação de 35% na receita líquida consolidada da Companhia, com vendas de produtos acabados de minério de ferro de 23,8 milhões de toneladas, predominantemente para o mercado externo.

Em 2011, a Companhia apresentou receita líquida 14% superior a receita líquida registrada em 2010. Este desempenho reflete, principalmente, os maiores preços de minério de ferro praticados em 2011, bem como o maior volume vendido.

Em 2010, a receita líquida da Companhia atingiu R\$14,4 bilhões, oriunda, principalmente, das vendas de produtos de aço e de minério de ferro. A receita líquida de siderurgia somou R\$9,9 bilhões, ou 67% da receita líquida consolidada, com vendas de aço que atingiram 4,8 milhões de toneladas, sendo 4,1 bilhões no mercado interno e 0,7 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider e CSN LLC). A mineração representou 24% da receita líquida consolidada e totalizou R\$3,6 bilhões, com vendas de produtos acabados de minério de ferro de 18,6 milhões de toneladas, predominantemente para o mercado externo.

Em 2009, a receita líquida da Companhia atingiu R\$11,0 bilhões, com participação de 72% da siderurgia, o equivalente a R\$8,2 bilhões. As vendas siderúrgicas atingiram 4,1 milhões de toneladas divididas entre o mercado interno com 3,2 milhões de toneladas e o mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider e CSN LLC) com 0,9 milhão de toneladas. A receita de mineração atingiu R\$2,0 bilhões, representando 17% da receita líquida total, com vendas de produtos acabados de minério de ferro de 17,5 milhões, predominantemente para o mercado externo.

### ***c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia***

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item a), os preços de certos insumos influenciam diretamente os resultados da Companhia, em especial:

- Carvão, coque, pelotas e metais, no caso da siderurgia, atrelados ao dólar;
- Combustíveis no caso da mineração e do transporte ferroviário; e
- Clínquer no caso de cimentos.

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento em todas suas áreas de negócios.

#### **Efeitos sobre o resultado operacional da Companhia**

Em 2011, o custo consolidado dos produtos vendidos atingiu R\$9,8 bilhões, 24% superior ao CPV do ano de 2010, devido basicamente aos maiores volumes vendidos de minério de ferro e de produtos siderúrgicos.

Além das variações da receita líquida e dos custos dos produtos vendidos, o resultado operacional da Companhia foi afetado pela variação das despesas com vendas, gerais e administrativas que totalizaram R\$1,18 bilhão, um crescimento de 16% em relação a 2010. Por fim, o resultado operacional da Companhia foi influenciado pela linha de "Outras Receitas e Despesas" que 2011, apresentou resultado positivo de R\$218 milhões, frente ao resultado negativo de R\$551 milhões em 2010. Essa variação reflete, principalmente, o ganho de R\$698 milhões referente à alienação da totalidade da participação acionária da CSN no capital da Riversdale Mining Limited em abril de 2011.

#### **Efeitos sobre o resultado financeiro da Companhia**

Em 2011, as despesas financeiras líquidas da Companhia, incluindo variações monetárias e cambiais, aumentaram em 5,0%, ou R\$95 milhões, de R\$1.911 milhões em 2010 para R\$2.006 milhões em 2011, principalmente devido aos seguintes fatores:

- As receitas financeiras aumentaram 11,5%, ou R\$74 milhões, de R\$643 milhões em 2010 para R\$717 milhões em 2011, principalmente em função do aumento de R\$145 milhões em rendimentos sobre aplicações financeiras, devido ao crescimento da posição de caixa. Esse aumento foi compensado pela redução de R\$46 milhões em outras receitas financeiras;
- As despesas financeiras aumentaram 31,1%, ou R\$684 milhões, de R\$2.200 milhões em 2010 para R\$2.884 milhões em 2011, principalmente em função do aumento de R\$828 milhões em juros sobre empréstimos e financiamentos, parcialmente compensado pelo aumento de R\$138 milhões em juros capitalizados.

Variações cambiais e monetárias líquidas, incluindo operações com derivativos, que passaram de uma perda de R\$354 milhões em 2010 para um ganho de R\$161 milhões em 2011, basicamente devido à depreciação do real contra o dólar americano.

**10.3 Efeitos relevantes que os eventos a seguir tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Aquisição e alienação de participação minoritária na Riversdale Mining Limited

Em novembro de 2009, a Companhia anunciou a aprovação, pelo seu Conselho de Administração, da aquisição de participação minoritária no capital social da Riversdale Mining Limited (“Riversdale”), companhia de mineração com ações listadas na Bolsa de Valores da Austrália.

A operação compreendeu inicialmente aquisição de 28.750.598 ações, representativas de 14,99% do capital social da Riversdale. Posteriormente, com a aprovação das autoridades australianas, relativa a investimento estrangeiro, foi concluída a segunda etapa, com aquisição adicional de 2.482.729 ações, elevando a participação total da Companhia no capital social da Riversdale para 16,1%.

Em fevereiro de 2011, a Companhia comunicou ao mercado que adquiriu mais 10.266.736 ações, atingindo uma participação indireta equivalente a 19,9% do capital social da Riversdale.

Em abril de 2011, a Companhia comunicou ao mercado que aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a CSN Europe, subsidiária da Companhia, alienando a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações, ao preço de A\$ 16,50 por ação, totalizando A\$ 780.316.201,50. A alienação da participação na Riversdale gerou um ganho de R\$698 milhões para a CSN.

Aquisição de participação minoritária na Panatlântica S.A.

Em 08 de janeiro de 2010, a Companhia anunciou a aprovação, pelo seu Conselho de Administração, da aquisição de participação minoritária no capital social da Panatlântica S.A, sociedade anônima de capital aberto, cujo objeto é a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, participação esta detida pela LP Aços Comércio e Participações Ltda.

Tal aquisição compreendeu a compra de 802.069 (oitocentas e duas mil e sessenta e nove) ações ordinárias representativas de 9,3963% do capital social total da Panatlântica S.A., e a celebração de outros instrumentos relacionados à mencionada operação.

#### Aquisição de participação minoritária na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas

Ao longo de 2011, a Companhia divulgou por meio de “Comunicado ao Mercado” e “Fatos Relevantes” que sua carteira de títulos disponíveis para negociação e venda incluía participação no capital social da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas (“Usiminas”). Em 31/12/2011, a Companhia possuía, direta e indiretamente, 20,14% das ações preferenciais e 11,97% das ações ordinárias da Usiminas.

#### Aquisição de ações de empresas do Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U.

Posteriormente ao encerramento do exercício de 2011, a CSN firmou em 31 de janeiro de 2012, por meio de sua subsidiária CSN Steel novo contrato de compra e venda de ações com o Grupo Gallardo, através do qual concretizou a aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Gallardo nas empresas (i) Dankerena Guipúzcoa, S.L e Grupo Alfonso Gallardo Thüringen, S.L.U., holdings espanholas que detêm conjuntamente a totalidade das ações da empresa Stahlwerk Thüringen GmbH, e (ii) Gallardo Sections S.L.U. (a “Transação”).

A Transação se restringiu aos ativos operacionais localizados na Alemanha dentre aqueles previstos no contrato de aquisição de ações que havia sido firmado em 19 de maio de 2011 com o Grupo Gallardo, e encerrou satisfatoriamente as conversas entre as partes relativas à diferente interpretação do Contrato.

O valor total da Transação foi de EUR 482,5 MM, considerando a premissa de endividamento zero.

### ***c) eventos ou operações não usuais***

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 02 de agosto de 2011, os membros do conselho aprovaram, por unanimidade dos presentes, o cancelamento de 25.063.577 ações existentes em tesouraria, sem redução do capital social.

## **10.4**

### ***a) mudanças significativas nas práticas contábeis***

#### **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
--------------	------------------	-----------------

Modificações à IFRS 7	Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos de Participação	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente	1º de julho de 2012
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes	1º de janeiro de 2012
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície	1º de janeiro de 2013

Estes Standards, emendas e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 2012 e 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo, pelo IFRIC 20 Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e pelos IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pelo Grupo. O Grupo não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários e/ou Conselho Federal de Contabilidade.

### **Mudanças de Práticas em 2010**

#### **Aplicação da adoção inicial do IFRS – Transição para o IFRS**

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com o IFRS. A Companhia aplicou os CPCs 37R1 e 43(R) e (equivalente ao IFRS 1) na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 R1 a 43(R) na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data, de acordo com as principais práticas contábeis.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

#### **Isenções de algumas exigências de outras IFRS**

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva de outras IFRS, segundo a IFRS 1:

##### **(a) Isenção dos benefícios a empregados - Plano de benefício definido**

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuarias passados até a data de transição contra a conta de lucros acumulados. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota Explicativa 30 das Demonstrações Consolidadas.

##### **(b) Isenção de combinação de negócios segundo a IFRS 3**

A Companhia aplicou a isenção referente à norma de combinações de negócios descrita segundo CPC 37 R1 (equivalente ao IFRS 1) e, assim sendo, optou por não remensurar e rerepresentar as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data da transição.

##### **(c) Isenção do valor justo como custo presumido do imobilizado**

A Companhia optou por não mensurar seus itens do imobilizados e intangíveis pelo valor justo na data de transição, mantendo-os ao custo histórico de aquisição, corrigido monetariamente pelos índices inflacionários até 31 de dezembro de 1997, conforme as regras do IAS 21 e IAS 29. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota Explicativa 14 das Demonstrações Consolidadas.

#### **Explicação da transição para as IFRS**

##### **(a) Combinação de negócios**

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em relação à participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da empresa adquirida. Se houver deságio apurado pela adquirente no valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos em relação ao custo de aquisição, ela deve reconhecê-lo de imediato na demonstração de resultado.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia optou por não remensurar as aquisições de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2009, segundo a isenção da combinação de negócios de acordo com o CPC37 (equivalente ao IFRS 1). As aquisições posteriores a 1º de janeiro de 2009 foram registradas de acordo com IFRS 3, “Combinação de Negócios”.

##### **(b) Ativo Diferido**

Com relação às despesas pré-operacionais registradas anteriores a data de transição, a Companhia optou por reconhecer o saldo líquido em lucros acumulados na data de transição.

Até 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não foram atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, foram lançados como despesa imediatamente.

Parte dos gastos registrados anteriormente como ativo diferido relacionados às despesas pré-operacionais atribuíveis ao custo de certos bens foi alocado ao ativo imobilizado.

##### **(c) Impostos Diferidos**

O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. Os ativos e passivos tributários são compensados se a entidade tiver o direito legal executável de fazê-lo e se eles estiverem relacionados a impostos lançados pela mesma autoridade tributária. Se o critério para compensação dos ativos e passivos tributários correntes for atendido, os ativos e passivos tributários diferidos também serão compensados. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período em curso ou em um período anterior é

reconhecido diretamente na mesma conta.

**(d) Imobilizado**

**i. Custo**

• **Opção pela adoção do custo histórico**

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1.1.2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16), inclusive, mas não somente, em relação a não ativação de variação cambial, não indexação em períodos onde a economia do país foi considerada hiper-inflacionária, etc.; e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados.

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

• **Hiperinflação 1996 e 1997**

A contabilização de economia hiperinflacionária, de acordo com o BR GAAP antigo, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiperinflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiperinflacionária nos exercícios de 1996 e 1997. O efeito do reconhecimento desses dois períodos adicionais foi refletido nos ajustes de transição.

• **Custos dos empréstimos**

Itens de imobilizado são registrados a custo, incluindo os juros capitalizados incorridos durante o período de construção de instalações novas. Variações cambiais em empréstimos em moeda estrangeira são capitalizadas ao imobilizado quando refletem ajuste na taxa de juros.

**ii. Depreciação**

A base de cálculo é o custo do bem menos o valor residual estimado na venda, nenhum método específico de depreciação é recomendado, mas o método escolhido deve ser aplicado consistentemente para todos os componentes significativos dos ativos e a alocação da depreciação deve ser numa base sistemática a cada um dos períodos contábeis que melhor representa a realização dos benefícios econômicos, durante a vida útil dos ativos.

Foi realizada a revisão da vida útil estimada, sendo que os ajustes na depreciação dos bens registrados no ativo imobilizado foram efetuados de forma prospectiva a partir de 01/01/10. Maiores detalhes podem ser encontrados na Nota Explicativa 14 das Demonstrações Consolidadas.

**(e) Lucro por Ação**

O lucro por ação (LPA) básico e diluído é exigido para entidades com ações, ou potenciais ações, negociadas em bolsa.

O LPA básico é o lucro ou prejuízo atribuível às ações da entidade controladora no período, dividido pela média ponderada das ações em circulação.

O LPA diluído é calculado ajustando o numerador utilizado no cálculo do LPA básico e a quantidade média de ações em circulação (denominador) pelos efeitos de todos os possíveis diluidores das ações em circulação. A CSN não possui instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos períodos apresentados e,

conseqüentemente, o lucro por ações diluído é igual ao lucro por ações básico.

Os dados do período corrente e dos períodos anteriores do LPA básico e diluído são ajustados para aquelas transações que não envolvam a conversão de potenciais ações que alterem a quantidade de ações sem uma mudança correspondente no patrimônio líquido. O LPA básico e diluído também é ajustado por emissões bonificadas e desdobramento ou grupamento de ações que ocorram após a data das demonstrações financeiras, mas antes que seja autorizada a emissão das demonstrações financeiras. A quantidade de ações é ajustada como se o evento tivesse ocorrido no início do primeiro período apresentado.

**(f) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos propostos ou declarados depois da data do balanço, mas antes da autorização para a emissão das demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivos, a menos que se enquadrem na definição de passivo na data do balanço.

**(g) Reclassificações**

Pelas IFRSs as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras consolidadas também foram realizadas:

i. Reclassificações no balanço patrimonial:

- Os depósitos judiciais são apresentados como item do ativo não circulante e não líquido das provisões para contingências;
- Contas correntes vinculadas são classificadas como depósitos judiciais;
- Os impostos a recuperar e a pagar são apresentados pelo líquido;
- Impostos diferidos são reclassificados como não circulante;
- Impostos ativos e passivos tributários diferidos serão compensados quando a entidade tiver o direito legal executável de fazê-lo e se eles estiverem relacionados a impostos lançados pela mesma autoridade tributária.

ii. Reclassificações no resultado:

- O resultado financeiro é apresentado após o lucro operacional no resultado financeiro líquido;

**Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Emitidos e Não adotados**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A seguir, demonstram-se a reconciliação das demonstrações contábeis ajustadas ao IFRS e as divulgadas:

**i. Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2009**

	BRGAAP		IFRS		1/1/2009
	Publicado	Replicação	Reclassificações	Ajustes	IFRS
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>18.352.070</b>	<b>18.352.070</b>	<b>(432.746)</b>	<b>25.181</b>	<b>17.944.505</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9.151.409	9.151.409			9.151.409
Contas a receber clientes	1.086.557	1.086.557			1.086.557
Estoques	3.622.775	3.622.775		(1.526)	3.621.249
IR/CSLL a compensar	128.055	128.055			128.055
IR/CSLL diferidos	739.227	739.227	(739.227)		
Dividendos propostos a receber	42.890	42.890		26.707	69.597
Margem garantia instrumentos financeiros	2.570.050	2.570.050			2.570.050
Outros	1.011.107	1.011.107	306.481		1.317.588
<b>Não Circulante</b>	<b>13.145.369</b>	<b>13.236.131</b>	<b>2.113.702</b>	<b>(41.942)</b>	<b>15.307.891</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>2.490.802</b>	<b>2.581.564</b>	<b>2.113.702</b>	<b>12.483</b>	<b>4.707.749</b>
IR/CSLL diferidos	753.831	844.593	739.227	13.085	1.596.905
Tributos a recuperar	302.831	302.831			302.831
Depósito judicial	740.341	740.341	1.366.910		2.107.251
Contas a receber	376.374	376.374		(602)	375.772
Despesas antecipadas	125.011	125.011			125.011
Outros	192.414	192.414	7.565		199.979
<b>Investimento</b>	<b>1.512</b>	<b>1.512</b>			<b>1.512</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>10.083.777</b>	<b>10.083.777</b>	<b>21.708</b>	<b>(33.651)</b>	<b>10.071.834</b>
<b>Intangível</b>	<b>526.796</b>	<b>526.796</b>			<b>526.796</b>
Diferido	42.482	42.482	(21.708)	(20.774)	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>31.497.439</b>	<b>31.588.201</b>	<b>1.680.956</b>	<b>(16.761)</b>	<b>33.252.396</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>9.633.228</b>	<b>9.633.228</b>	<b>320.243</b>	<b>(459.108)</b>	<b>9.494.363</b>
Fornecedores	1.939.205	1.939.205			1.939.205
Empréstimos e financiamentos	2.916.759	2.916.759	340.868		3.257.627
Debêntures	44.428	44.428			44.428
Obrigações sociais e trabalhistas	117.994	117.994			117.994
Obrigações fiscais	333.811	333.811			333.811
Tributos parcelados	249.930	249.930			249.930
Provisão fundo de pensão	54.818	54.818	(54.818)		
Dividendos a pagar	1.790.642	1.790.642		(459.108)	1.331.534
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	91.710	91.710	69.434		161.144
Instrumentos financeiros equity swap	1.596.394	1.596.394			1.596.394
Outros	497.537	497.537	(35.241)		462.296
<b>Não Circulante</b>	<b>15.201.622</b>	<b>15.468.569</b>	<b>1.360.713</b>	<b>(18.000)</b>	<b>16.811.282</b>
Empréstimos e financiamentos	8.040.773	8.040.773	7.565		8.048.338
Debêntures	632.760	632.760			632.760
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	2.450.126	2.450.126	1.297.475		3.747.601
Provisão Passivo Ambiental	71.425	71.425	14.224		85.649
IR/CSLL diferidos			855	1.326	2.181
Tributos parcelados	795.052	795.052			795.052
Passivos com partes relacionadas	2.878.200	2.878.200			2.878.200
Provisão fundo de pensão	62.750	329.697	54.818	(20.375)	364.140
Outros	270.536	270.536	(14.224)	1.049	257.361
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>6.662.589</b>	<b>6.486.404</b>		<b>460.347</b>	<b>6.946.751</b>
Capital social	1.680.947	1.680.947			1.680.947
Reserva de capital	30	30			30
Reserva de lucro	3.682.865	3.682.865	85.891	485.816	4.254.572
Dividendos adicional proposto				485.816	485.816
Outros	3.682.865	3.682.865	85.891		3.197.049
Lucros acumulados		(176.185)	1.212.855	(24.866)	1.011.804
Ajuste de avaliação patrimonial	1.298.747	1.298.747	(1.298.746)	(603)	(602)
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.497.439</b>	<b>31.588.201</b>	<b>1.680.956</b>	<b>(16.761)</b>	<b>33.252.396</b>

ii. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	31/12/2009				
	BRGAAP Publicado	BRGAAP Republicação	IFRS		IFRS
			Reclassificações	Ajustes	
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>13.568.594</b>	<b>13.568.594</b>	<b>(749.273)</b>	<b>16.152</b>	<b>12.835.473</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7.970.791	7.970.791			7.970.791
Contas a receber clientes	1.186.315	1.186.315			1.186.315
Estoques	2.588.946	2.588.946	(35)	16.462	2.605.373
IR/CSLL a compensar	398.172	398.172			398.172
IR/CSLL diferidos	749.272	749.272	(749.272)		
Outros	675.098	675.098	34	(310)	674.822
<b>Não Circulante</b>	<b>15.598.630</b>	<b>15.695.676</b>	<b>2.241.576</b>	<b>(47.222)</b>	<b>17.890.030</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>3.640.162</b>	<b>3.737.208</b>	<b>2.241.573</b>	<b>(1.559)</b>	<b>5.977.222</b>
IR/CSLL diferidos	1.112.299	1.209.345	749.272	(1.559)	1.957.058
Tributos a recuperar	236.852	236.852			236.852
Depósito judicial	1.214.670	1.214.670	1.492.301		2.706.971
Contas a receber	212.486	212.486			212.486
Créditos com controladas	479.120	479.120			479.120
Despesas antecipadas	105.921	105.921			105.921
Outros	278.814	278.814			278.814
<b>Investimento</b>	<b>321.889</b>	<b>321.889</b>		<b>13</b>	<b>321.902</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>11.145.530</b>	<b>11.145.530</b>	<b>17.846</b>	<b>(30.029)</b>	<b>11.133.347</b>
<b>Intangível</b>	<b>457.580</b>	<b>457.580</b>		<b>(21)</b>	<b>457.559</b>
<b>Diferido</b>	<b>33.469</b>	<b>33.469</b>	<b>(17.843)</b>	<b>(15.626)</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>29.167.224</b>	<b>29.264.270</b>	<b>1.492.303</b>	<b>(31.070)</b>	<b>30.725.503</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>5.128.196</b>	<b>5.128.196</b>	<b>48.897</b>	<b>(1.179.027)</b>	<b>3.998.066</b>
Fornecedores	504.223	504.223			504.223
Empréstimos e financiamentos	1.160.407	1.160.407	(77.146)		1.083.261
Debêntures	30.659	30.659			30.659
Passivos com partes relacionadas	80.062	80.062			80.062
Obrigações sociais e trabalhistas	134.190	134.190			134.190
Obrigações fiscais	336.804	336.804			336.804
Tributos parcelados	582.190	582.190			582.190
Provisão fundo de pensão	57.158	57.158	(57.158)		
Dividendos a pagar	1.562.085	1.562.085		(1.179.006)	383.079
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	83.462	83.462	106.055		189.517
Outros	596.956	596.956	77.146	(21)	674.081
<b>Não Circulante</b>	<b>18.445.535</b>	<b>18.730.965</b>	<b>1.443.406</b>	<b>(36.444)</b>	<b>20.137.927</b>
Empréstimos e financiamentos	12.547.840	12.547.840	(18.729)		12.529.111
Debêntures	624.570	624.570			624.570
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	1.452.422	1.452.422	1.386.248		2.838.670
Provisão Passivo Ambiental	116.544	116.544	15.524		132.068
IR/CSLL diferidos	28.325	28.325		1.715	30.040
Tributos parcelados	437.231	437.231			437.231
Passivos com partes relacionadas	2.980.772	2.980.772			2.980.772
Provisão fundo de pensão	12.788	298.218	57.158	(38.231)	317.145
Outros	245.043	245.043	3.205	72	248.320
<b>Patrimônio líquido atribuídos aos acionistas controladores</b>	<b>5.510.433</b>	<b>5.322.049</b>		<b>1.184.401</b>	<b>6.506.450</b>
Capital social	1.680.947	1.680.947			1.680.947
Reserva de capital	30	30			30
Reserva de lucro	4.211.770	4.211.770	54.200	1.178.635	5.444.605
Dividendos adicional proposto				1.178.635	1.178.635
Outros	4.211.770	4.211.770	54.200		4.265.970
Lucros Acumulados		(188.384)	150.604	4.363	(33.417)
Ajuste de avaliação patrimonial	(382.314)	(382.314)	(204.804)	1.403	(585.715)
<b>Participação Acionistas não controladores</b>	<b>83.060</b>	<b>83.060</b>			<b>83.060</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>5.593.493</b>	<b>5.405.109</b>		<b>1.184.401</b>	<b>6.589.510</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>29.167.224</b>	<b>29.264.270</b>	<b>1.492.303</b>	<b>(31.070)</b>	<b>30.725.503</b>

iii. **Reconciliação do patrimônio líquido BRGAAP x IFRS em 01 de janeiro de 2009**

	<u>Nota</u>	<u>1/1/2009</u>
<b>Patrimônio líquido em BRGAAP</b>		<b>6.486.404</b>
Ajustes em IFRS:		
Ativo Diferido	4.3 b	(44.113)
Variação cambial capitalizada	4.3 d	(194.368)
Correção período hiperinflacionário	4.3 d	180.635
Depreciação	4.3 d	637
Excedente Dividendos (mínimos obrigatórios)	4.3 f	485.816
Plano de pensão - Previdência Privada	4.2 a	50.035
Plano de pensão - Plano de Saúde	4.2 a	(29.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos s/ os ajustes de IFRS	4.3 c	11.759
Outros ajustes líquidos		(393)
<b>Patrimônio líquido em IFRS</b>		<b>6.946.751</b>

iv. **Reconciliação do patrimônio líquido BRGAAP x IFRS em 31 de dezembro de 2009**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Patrimônio líquido em BRGAAP</b>		<b>5.405.109</b>
Ajustes em IFRS:		
Ativo Diferido	4.3 b	(37.163)
Variação cambial capitalizada	4.3 d	(173.145)
Correção período hiperinflacionário	4.3 d	164.323
Depreciação	4.3 d	637
Excedente de Dividendos (mínimos obrigatórios)	4.3 f	1.178.635
Plano de pensão - Previdência Privada		69.947
Plano de pensão - Plano de Saúde		(31.714)
Imposto de renda e contribuição social diferidos s/ os ajustes de IFRS	4.3 c	(3.277)
Outros ajustes líquidos		16.158
<b>Patrimônio líquido em IFRS</b>		<b>6.589.510</b>

v. Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	31/12/2009			
	BRGAAP Publicado	BRGAAP Republicação	Ajustes de IFRS	IFRS
<b>Receita líquida vendas e/ou serviços</b>	<b>10.978.364</b>	<b>10.978.364</b>		<b>10.978.364</b>
<b>Custo bens e/ou serviços vendidos</b>	<b>(7.045.504)</b>	<b>(7.045.504)</b>	<b>23.385</b>	<b>(7.022.119)</b>
Depreciação,exaustão e amortização	(751.266)	(751.266)	4.102	(747.164)
Outros	(6.294.238)	(6.294.238)	19.283	(6.274.955)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>3.932.860</b>	<b>3.932.860</b>	<b>23.385</b>	<b>3.956.245</b>
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>	<b>(400.455)</b>	<b>(412.480)</b>	<b>17.467</b>	<b>(395.013)</b>
<b>Vendas</b>	<b>(635.784)</b>	<b>(635.784)</b>		<b>(635.784)</b>
Depreciação e amortização	(6.250)	(6.250)		(6.250)
Outros	(629.534)	(629.534)		(629.534)
<b>Gerais e Administrativas</b>	<b>(483.067)</b>	<b>(483.067)</b>	<b>2.995</b>	<b>(480.072)</b>
Depreciação e amortização	(29.733)	(29.733)	2.995	(26.738)
Outros	(453.334)	(453.334)		(453.334)
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>1.416.756</b>	<b>1.416.756</b>	<b>(21)</b>	<b>1.416.735</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(698.360)</b>	<b>(710.385)</b>	<b>14.480</b>	<b>(695.905)</b>
<b>Resultado equivalência patrimonial</b>			<b>13</b>	<b>13</b>
<b>RESULTADO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>3.532.405</b>	<b>3.520.380</b>	<b>40.852</b>	<b>3.561.232</b>
<b>Financeiras</b>	<b>(246.435)</b>	<b>(246.435)</b>		<b>(246.435)</b>
Receitas financeiras	586.025	586.025		586.025
Despesas financeiras	(832.460)	(832.460)		(832.460)
Variação monet. e cambial líquidas	1.060.055	1.060.055		1.060.055
Despesas financeiras	(1.892.515)	(1.892.515)		(1.892.515)
<b>RESULTADO ANTES TRIBUTAÇÕES/PARTICIPAÇÕES</b>	<b>3.285.970</b>	<b>3.273.945</b>	<b>40.852</b>	<b>3.314.797</b>
<b>Imposto Renda e Contribuição Social Corrente</b>	<b>(581.735)</b>	<b>(581.735)</b>		<b>(581.735)</b>
<b>Imposto Renda e Contribuição Social Diferido</b>	<b>(109.323)</b>	<b>(103.993)</b>	<b>(13.888)</b>	<b>(117.881)</b>
IR Diferido	(83.497)	(79.578)	(10.211)	(89.789)
Contribuição Social Diferida	(25.826)	(24.415)	(3.677)	(28.092)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.594.912</b>	<b>2.588.217</b>	<b>26.964</b>	<b>2.615.181</b>
Atribuído aos acionistas controladores	2.598.665	2.591.970		2.618.934
Atribuído aos acionistas não controladores	(3.753)	(3.753)		(3.753)

vi. Reconciliação do lucro BRGAAP x IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Nota	2009
<b>Lucro em BRGAAP</b>		<b>2.588.217</b>
Ajustes em IFRS:		
Ativo diferido	4.3 b	7.519
Variação cambial capitalizada	4.3 d	23.545
Correção período hiperinflacionário	4.3 d	(16.312)
Plano de pensão	4.2 a	14.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos s/ os ajustes de IFRS	4.3 c	(13.887)
Outros ajustes líquidos		11.618
<b>Lucro em IFRS</b>		<b>2.615.181</b>

vii. Reconciliação do fluxo de caixa BRGAAP x IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Consolidado			
	BRGAAP Publicado	BRGAAP Repúblicação	Ajustes de IFRS	IFRS 2009
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>				
<b>Lucro líquido do período</b>	2.594.912	2.588.217	26.964	2.615.181
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com os recursos provenientes das atividades operacionais:</b>				
- Variações monetárias e cambiais líquidas	(2.024.573)	(2.024.573)		(2.024.573)
- Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos	1.130.089	1.130.089		1.130.089
- Depreciação/exaustão/amortização	787.249	787.249	(7.097)	780.152
- Resultado na baixa e alienação de bens	70.494	70.494		70.494
- Ganhos (perdas) variação percentual	(835.115)	(835.115)		(835.115)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	109.324	103.994	13.887	117.881
- Provisão para perdas sobre títulos a receber	1.527	1.527		1.527
- Provisão de passivo atuarial - CBS	(47.622)	(47.622)		(47.622)
- Provisão Swap	(88.986)	(88.986)		(88.986)
- Provisão para contingências	99.157	99.157		99.157
- Outras provisões	437.994	450.019	(33.754)	416.265
	<b>2.234.450</b>	<b>2.234.450</b>		<b>2.234.450</b>
- Contas a receber	(51.082)	(51.082)		(51.082)
- Estoques	926.260	926.260		926.260
- Impostos a compensar	(313.697)	(313.697)		(313.697)
- Tributos	263.734	263.734		263.734
- Tributos parcelados - Refis	(103.775)	(103.775)		(103.775)
- Fornecedores	(1.137.203)	(1.137.203)		(1.137.203)
- Salários e encargos sociais	15.257	15.257		15.257
- Passivos contingentes	(422.375)	(422.375)		(422.375)
- Depósitos judiciais	(737.041)	(737.041)		(737.041)
- Juros pagos	(992.280)	(992.280)		(992.280)
- Juros sobre swap pagos	(742.700)	(742.700)		(742.700)
- Outros	287.433	287.433		287.433
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(3.007.469)</b>	<b>(3.007.469)</b>		<b>(3.007.469)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(773.019)</b>	<b>(773.019)</b>		<b>(773.019)</b>
- Efeitos líquidos do Equity Swap	1.420.322	1.420.322		1.420.322
- Realização Swap	248.966	248.966		248.966
- Investimento	(284.232)	(284.232)		(284.232)
- Imobilizado	(1.996.759)	(1.996.759)		(1.996.759)
- Intangíveis	(5.628)	(5.628)		(5.628)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(617.331)</b>	<b>(617.331)</b>		<b>(617.331)</b>
- Empréstimos e financiamentos	7.671.696	7.671.696		7.671.696
- Juros sobre capital próprio	(2.027.600)	(2.027.600)		(2.027.600)
- Ações em tesouraria	(1.350.307)	(1.350.307)		(1.350.307)
- Instituições financeiras - principal	(2.783.313)	(2.783.313)		(2.783.313)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>1.510.476</b>	<b>1.510.476</b>		<b>1.510.476</b>
<b>Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.300.744)</b>	<b>(1.300.744)</b>		<b>(1.300.744)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.180.618)</b>	<b>(1.180.618)</b>		<b>(1.180.618)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.151.409	9.151.409		9.151.409
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>7.970.791</b>	<b>7.970.791</b>		<b>7.970.791</b>

**Companhia Siderúrgica Nacional**

Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Companhia Siderúrgica Nacional  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o

exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### **Outros assuntos**

##### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

Contador CRC 1SP160482/O-6

***10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros***

#### **Políticas contábeis críticas da Companhia:**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a administração faça julgamentos e estimativas que afetam os montantes informados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os montantes demonstrados de receitas e despesas durante o período reportado. As estimativas são utilizadas, entre outros, para a determinação da vida útil dos bens móveis e equipamentos, provisões necessárias para os passivos contingentes, impostos, custos orçados e outras cobranças similares. Embora os diretores da Companhia acreditem que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Neste sentido, são apresentadas abaixo as informações resumidas relativas às principais práticas contábeis da

Companhia.

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

**b) Contas a receber de clientes**

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa provisão.

**c) Estoques**

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas. A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

**d) Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

**e) Combinação de negócios**

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 3).

#### **f) Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica remanescente dos bens conforme nota 12. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/ outras despesas operacionais”.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infra-estrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção.

#### **g) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica estimada de 01 a 05 anos.

#### **h) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica estimada de 01 a 05 anos.

#### **i) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser

recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

**j) Benefícios a empregados**

**i. Benefícios a Empregados**

**Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

**Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Algumas empresas da Companhia ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado se houver a extinção do plano.

**i. Participação nos lucros e bônus**

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

**k) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

**l) Concessões**

A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

**m) Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma sociedade detida pela Companhia compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

**n) Reconhecimento de receita**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de incoterm do contrato.

**o) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial

reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### **p) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **q) Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente

convertíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos convertíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro por ações diluído é igual ao lucro por ações básico.

**r) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

**s) Pesquisa e Desenvolvimento**

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi R\$6.532 (R\$4.314 em 31 de dezembro de 2010).

**t) Instrumentos Financeiros**

**i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos

estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

- ii. **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (impaired).

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (impared). A determinação de que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecido no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de “impairment” de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas.

### iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para

negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- iv. **Instrumentos derivativos e atividades de hedge**

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- **Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**

Qualquer ganho ou perda do instrumento relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

- u) **Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outras empresas da CSN. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis.

- v) **Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

#### **10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

A Companhia possui em sua estrutura, a Gerência de Riscos Corporativos, a qual está subordinada à Diretoria Financeira, que tem como principais atribuições a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos

operacionais, financeiros e estratégicos, bem como assegurar a aderência às leis/regulamentações e políticas e procedimentos internos da Companhia.

Os controles internos responsáveis pela mitigação dos riscos inerentes às operações da Companhia são executados pelas áreas operacionais e monitorados de forma independente, pela área de Riscos Corporativos, a qual elabora e acompanha os planos de ação para remediar quaisquer deficiências identificadas e reportadas à Administração.

A Diretoria de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, também é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes.

A Administração da Companhia acredita na eficiência dos controles internos adotada para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de suas demonstrações contábeis.

Por essa razão, na opinião da Administração, as demonstrações contábeis da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações bem como sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

***b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:***

O relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não apresentou deficiências significativas sobre o ambiente de controles internos que pudessem comprometer a confiabilidade e correta elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

***10.7 Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:***

***a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:***

Não Aplicável.

***b) possíveis desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:***

Não Aplicável.

***c) caso tenha havido desvios, comentar as razões para tais desvios:***

Não Aplicável.

**10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**

**(iv) contratos de construção não terminada;**

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia possui os seguintes passivos materiais que não estão refletidos em suas demonstrações financeiras (valores em R\$ mil):

**Contratos de Take-or-Pay**

Empresa Contratada	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos							Total
			2010	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	92,504	153,870	176,058	176,058	176,058	176,058	88,029	792,261
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.		17,606	58,762	58,762	58,762	58,762	24,484	259,532
MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros reductores.	7,151	41,463	100,060					100,060
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	419	1,324	63,085	63,085				126,170
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de cliquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a. de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.		1,648	26,937	26,937	26,937	26,937	116,727	224,475
ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	10,214	14,774	3,540					3,540
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	103,098	102,274	93,606	93,606	93,606	93,606	93,606	468,030
CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural	431,093	432,449	280,322					280,322
Vale S.A	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take or pay ocorre a cada 18 meses.	195,221	349,797	176,305	176,305	117,537			470,147
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	15,318	16,884	13,281	13,281	13,281	13,281	119,531	172,655
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	13,178	13,378	7,487	7,487	7,487	7,487	39,934	69,882
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	1,082	6,186	7,074	7,074	7,074	7,074	51,283	79,579
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metalicos e Britagem de Escória resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	37,279	39,739	30,000	30,000	15,000			75,000
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ton de placa de aço produzida.	38,569	38,817	32,324	18,856				51,180
			<b>945,126</b>	<b>1,230,209</b>	<b>1,068,841</b>	<b>671,451</b>	<b>515,742</b>	<b>383,205</b>	<b>533,594</b>	<b>3,172,833</b>

**Contratos de Concessão**

Empresa Concessão	Natureza do serviço	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	80.315	80.315	80.315	80.315	823.230	1.144.490
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	6.494	6.494	6.494	6.494	74.135	100.111
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	111.225	117.913	125.922	125.922	881.455	1.362.437
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	22.129	22.129	22.129	22.129	221.293	309.809
		<b>220.163</b>	<b>226.851</b>	<b>234.860</b>	<b>234.860</b>	<b>2.000.113</b>	<b>2.916.847</b>

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não Aplicável.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:**

Vide item 10.8

**b) natureza e propósito da operação:**

Vide item 10.8

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:**

Vide item 10.8

**10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) investimentos, incluindo:**

*(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

*(ii) fontes de financiamento dos investimentos; e*

*(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;**

Descrição Quantitativa e Qualitativa dos Investimentos em Andamento e dos Investimentos Previstos

As atividades operacionais da Companhia demandam investimentos correntes para a continuidade de suas operações, melhoria de produtividade e eficiência operacional, bem como investimentos para a expansão da capacidade produtiva nos seus negócios de siderurgia, mineração, logística, cimento e energia.

No ano de 2011 os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$4.401 milhões, dos quais R\$2.386 milhões foram investidos em suas controladas ou controladas em conjunto, com destaque para:

- ✓ Transnordestina Logística: R\$1.691 milhões;
- ✓ MRS Logística: R\$447 milhões
- ✓ Namisa: R\$100 milhões;
- ✓ CSN Cimentos: R\$61 milhões.

O saldo remanescente dos investimentos, R\$2.015 milhões, foi aplicado na Controladora, cabendo destacar:

- ✓ Investimentos correntes: R\$549 milhões;
- ✓ Expansão da mina de Casa de Pedra: R\$251 milhões;
- ✓ Expansão do Porto de Itaguai: R\$238 milhões;
- ✓ Aços Longos: R\$216 milhões.

No ano de 2010 os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$3.636 milhões, dos quais R\$2.201 milhões foram investidos em/por suas controladas ou controladas em conjunto, com destaque para:

- ✓ Transnordestina Logística: R\$1.371 milhões;
- ✓ CSN Aços Longos: R\$275 milhões;
- ✓ CSN Cimentos: R\$249 milhões;
- ✓ MRS Logística: R\$199 milhões.

O saldo remanescente dos investimentos, R\$1.435 milhões, foi aplicado na controladora, do qual cabe destacar:

- ✓ Manutenção e reparos: R\$483 milhões;
- ✓ Expansão da mina de Casa de Pedra: R\$275 milhões;
- ✓ Expansão do Porto de Itaguaí: R\$139 milhões;
- ✓ Melhorias tecnológicas: R\$125 milhões.

Em 2009, os investimentos realizados pela CSN atingiram a marca de R\$1,9 bilhão, sendo que na controladora totalizaram R\$1,2 bilhão, tendo como principais destinos os seguintes projetos:

- ✓ Expansão da mina de Casa de Pedra: R\$426 milhões;
- ✓ Manutenção e reparos: R\$326 milhões;
- ✓ Melhorias tecnológicas: R\$162 milhões;
- ✓ Expansão do Porto de Itaguaí: R\$47 milhões;
- ✓ Plano de Obras: R\$40 milhões.

O saldo remanescente dos investimentos foi aplicado nas controladas e alcançaram R\$696 milhões, distribuídos conforme a seguir:

- ✓ CSN Aços Longos: R\$183 milhões;
- ✓ CSN Cimentos: R\$163 milhões;
- ✓ Transnordestina Logística: R\$141 milhões;
- ✓ MRS Logística: R\$125 milhões;
- ✓ NAMISA: R\$40 milhões.

A seguir um detalhamento dos principais investimentos planejados pela Companhia:

#### **Mineração (minério de ferro)**

A CSN, segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil, vem implementando projetos de expansão de sua mina de Casa de Pedra e na Namisa, de modo a atingir uma capacidade total de comercialização de 89 milhões de toneladas de minério de ferro. A capacidade de produção da mina de Casa de Pedra deverá atingir 50 milhões de toneladas anuais, enquanto na Namisa os volumes comprados de terceiros, adicionados aos projetos de concentração e pelotização, completarão o crescimento planejado.

Paralelamente, a CSN vem trabalhando na expansão do Tecar, no Porto de Itaguaí, visando atingir uma capacidade de embarque de 84 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Além destas expansões a Companhia avalia expansões adicionais de capacidade, tanto da mina de Casa de Pedra quanto do Tecar, além de possíveis aquisições em mineração e logística.

#### **Siderurgia**

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, através da construção de uma unidade em Volta Redonda, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. Além desta, a CSN avalia a possibilidade de instalar outras unidades de aços longos.

Com relação a aços planos, a CSN vem ampliando seus centros de serviços, com investimentos já concluídos na ampliação da unidade de Porto Real, no Estado do Rio de Janeiro, voltada para o setor automobilístico além de desenvolver projetos de expansão da planta de pré-pintados que opera a plena capacidade.

Paralelamente, a CSN vem desenvolvendo importantes projetos buscando a modernização e excelência operacional

bem como a redução de custos, destacando-se a instalação de novas baterias de coque, visando sua autossuficiência, a substituição da alimentação elétrica da Usina Presidente Vargas, de 138KV para 500KV, proporcionando maior estabilidade ao sistema e redução dos custos com transmissão de energia.

A CSN estuda ainda a ampliação de sua produção siderúrgica, através de novas usinas e expansão do parque existente, bem como aquisições, tanto no Brasil como no exterior. Em janeiro de 2012 a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT), produtora de perfis metálicos e a Gallardo Sections S.L.U, localizadas na Alemanha. A SWT, com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano é especializada na produção de perfis destinados à construção de estádios, edifícios, pontes, viadutos, passarelas, fundações, galpões, pontes rolantes, entre outras aplicações. A SWT possui localização extremamente favorável, com baixo custo de aquisição das principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo, possuindo acesso tanto a mercados desenvolvidos como a mercados em crescimento. O valor total da transação foi de €482,5 milhões.

#### **Cimento**

A CSN implantou em 2009 sua primeira fábrica de produção de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas anuais. Em 2011 a CSN iniciou a produção de clínquer na unidade de Arcos – MG, com capacidade de 830 mil toneladas anuais, para abastecimento da fábrica de cimento em Volta Redonda.

A CSN planeja expandir sua capacidade de moagem atual de 2,4 milhões de toneladas anuais para 5,4 milhões de toneladas anuais, bem como expandir sua capacidade de produção de clínquer de 830 mil toneladas anuais para 3,0 milhões de toneladas anuais, tendo em vista o crescimento esperado para o mercado de cimento doméstico.

#### **Transnordestina Logística S.A.**

A Transnordestina Logística S.A (TLSA), com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração, agricultura, entre outros.

#### **Energia**

A Companhia está desenvolvendo o projeto para instalação de uma turbina de topo no Alto-Forno 3 da Usina Presidente Vargas, o que permitirá adicionar 17 MW à sua atual capacidade de geração. A CSN estuda ainda investimentos em geração de energia elétrica, priorizando projetos a partir da exploração de fontes de biomassa e fonte eólica para acompanhar os projetos de expansão e manter sua autossuficiência de forma sustentável.

#### **Fontes de Financiamento dos Investimentos**

A Companhia espera financiar os investimentos por meio de recursos próprios, financiamentos com agentes públicos e privados, e eventuais parcerias estratégicas.

#### **Desinvestimentos Relevantes em Andamento e Desinvestimentos Previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

#### ***c) novos produtos e serviços, indicando:***

***(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;***

***(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;***

***(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e***

***(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.***

A Companhia, grande produtora de aços planos revestidos, tem investido continuamente nas melhorias de seus processos, produtos e serviços, com destaque para o desenvolvimento de novos produtos e aplicações, visando atender as necessidades atuais e futuras do mercado. Entre eles:

- (i) Aço pré-pintado para Tanques de Combustíveis Organo-Metálicos aplicados em automóveis, em substituição aos tanques plásticos. O projeto foi concebido com novo aço revestido, com propriedades de maior resistência à corrosão, conformabilidade e soldabilidade;
- (ii) Aço laminado a frio “CSN Extra Fino<sup>®</sup>” para aplicações em produtos da linha branca e móveis de aço;
- (iii) Centro de Inovação, que permite maior proximidade com os clientes e envasadores apresentando novas propostas, conceitos e design em embalagens expandidas;
- (iv) Desenvolvimento do aço Dual Phase, visando à redução de peso dos automóveis;
- (v) Aços de alta resistência como o Bake Hardening, aços refosforados e microligados, aços de elevada conformabilidade, para peças expostas.

***10.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.***

Todas as informações relevantes e pertinentes foram identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

**ANEXO II**  
**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Data-Base: 31.12.2011

<b>ORÇAMENTO DE CAPITAL CSN – 2012</b>	
	<b>R\$ MM</b>
<b>USOS</b>	<b>568</b>
<b><u>Projetos de Expansão/Novos Negócios</u></b>	<b>350</b>
Expansão da Mineração	150
Expansão do Porto (TECAR)	100
Expansão da Siderurgia	100
<b><u>Projetos de Melhoria Operacional e Reformas</u></b>	<b>68</b>
Turbina de Topo	
Reforma Laminador de Tiras a Quente #2	
Forno em Caixa 4	
Gás de Aciaria	
Outros	
<b><u>Aportes de Capital</u></b>	<b>150</b>
Transnordestina	150
<b>FONTES</b>	<b>568</b>
<b><u>CAPITAL PRÓPRIO</u></b>	<b>568</b>

**COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

**ANEXO III**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

Data-Base: 31.12.2011

*(conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)*

<b>1. Informar o lucro líquido do exercício:</b>			
O lucro líquido do exercício social de 2011 foi de R\$3.706.033.124,37			
<b>2. Informar o montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:</b>			
<b>Provento</b>	<b>Valor do Provento</b>	<b>Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)</b>	<b>Espécie de Ações</b>
(1) DIVIDENDO MÍNIMO	926.508.281,09	0,63548	ON
(2) DIVIDENDOS PROPOSTOS	273.491.718,91	0,18762	ON
<p>(1) Dividendos mínimos obrigatórios propostos a serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.</p> <p>(2) Dividendos propostos a serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.</p> <p>A Companhia não possui ações preferenciais.</p>			
<b>3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:</b>			
	<b>2011</b>		
Lucro Líquido do Exercício	3.706.033.124,37		
Dividendos e JCP	1.200.000.000,00		
<b>Lucro Distribuído</b>	<b>32,38%</b>		
<b>4. Informar o montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:</b>			
Não aplicável.			
<b>5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:</b>			
<b>a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.</b>			
<b>Provento</b>	<b>Valor do Provento</b>	<b>Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)</b>	<b>Espécie de Ações</b>
DIVIDENDOS	1.200.000.000,00	0,82306	ON
Dividendos propostos a serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária. .			
<b>b) A forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.</b>			
<b>Pagamento de dividendos:</b>			
Desde que aprovados pela Assembléia Geral Ordinária, os dividendos propostos no valor de R\$1.200.000.000,00, correspondendo ao valor bruto de R\$0,82306 por ação, serão pagos em moeda corrente nacional pela Companhia,			

salvo deliberação em contrário da assembleia-geral, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

**c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não haverá.

**d) Data da declaração do pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Terão direito aos dividendos e JCP declarados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia os acionistas titulares de ações ordinárias que se acharem inscritos nos registros da instituição financeira depositária em data a ser definida pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2012.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**

Não aplicável

**b) Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Não aplicável

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

	2011	2010	2009	2008
Lucro Líquido	3.706.033.124,37	2.516.376.039,97	2.618.934.296,09	4.675.526.467,07
Quantidade de ações	1.457.970.108	1.483.033.685	755.179.610	793.403.838
Ações em Tesouraria		(25.063.577)	(26.194.556)	34.734.384
<b>Lucro por ação excluídas ações em tesouraria</b>	<b>2,54191</b>	<b>1,72594</b>	<b>3,59257</b>	<b>6,16280</b>

**b) Dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao exercício e aos 3 (três) exercícios anteriores.**

Exercício Social	Provento	Valor do Provento	Valor do Provento por ação	Espécie da Ação
2011	DIVIDENDOS E JCP	1.200.000.000,00	0,82306	ON
2010	DIVIDENDOS E JCP	1.856.800.000,00	1,27355	ON
2009	DIVIDENDOS E JCP	1.820.000.000,00	2,49662	ON
2008	DIVIDENDOS E JCP	1.928.405.000,00	2,54183	ON

**8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:**

**a) Identificar o montante destinado à reserva legal.**

Como o limite máximo da reserva legal foi atingido, não haverá destinação de valores para a reserva legal relativamente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

**b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

Não Aplicável

<b>9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:</b>
A Companhia não possui ações preferenciais.
<b>10. Em relação ao dividendo obrigatório:</b>
<b>a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.</b> O Artigo 33 do Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
<b>b) Informar se ele está sendo pago integralmente.</b> Sim.
<b>c) Informar o montante eventualmente retido.</b> Não aplicável.
<b>11. Havendo retenção do dividendo obrigatório:</b>
<b>a) Informar o montante da retenção.</b> Não haverá.
<b>b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.</b> Não se aplica.
<b>c) Justificar a retenção do dividendo.</b> Não se aplica.
<b>12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:</b>
<b>a) Identificar o montante destinado à reserva.</b> Não haverá.
<b>b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.</b> Não aplicável.
<b>c) Explicar porque a perda foi considerada provável.</b> Não aplicável.
<b>d) Justificar a constituição da reserva.</b> Não aplicável.
<b>13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:</b>
<b>a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.</b> Não haverá
<b>b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.</b> Não aplicável

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**

O parágrafo 3º do artigo 30 do estatuto social prevê a constituição da Reserva de Capital de Giro por proposta da Administração, para deliberação em assembleia geral, com parte do lucro líquido do exercício, sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório.

**b) Identificar o montante destinado à reserva.**

A Companhia propôs a assembleia geral a constituição de reserva estatutária de capital de giro no montante de R\$5.717.388.630,61.

**c) Descrever como o montante foi calculado.**

A Companhia optou por transferir parte de seu lucro do exercício, no montante de R\$1.938.033.124,37 mais o saldo existente na conta de reserva de lucros a realizar no montante de R\$3.779.355.506,24 para a conta de reserva estatutária – Capital de Giro, sendo que a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a destinação do excesso das reservas de lucros.

15. *Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:*

**a) Identificar o montante da retenção.**

R\$ 568.000.000,00

**b) Cópia do orçamento de capital**

**ORÇAMENTO DE CAPITAL CSN – 2012**

	R\$ MM
<b>USOS</b>	<b>568</b>
<b><u>Projetos de Expansão/Novos Negócios</u></b>	<b>350</b>
Expansão da Mineração	150
Expansão do Porto (TECAR)	100
Expansão da Siderurgia	100
<b><u>Projetos de Melhoria Operacional e Reformas</u></b>	<b>68</b>
Turbina de Topo	
Reforma Laminador de Tiras a Quente #2	
Forno em Caixa 4	
Gás de Aciaria	
Outros	
<b><u>Aportes de Capital</u></b>	<b>150</b>
Transnordestina	150
<b>FONTES</b>	<b>568</b>
<b><u>CAPITAL PRÓPRIO</u></b>	<b>568</b>

## **Comentários**

### **Mineração**

A Companhia está implementando projetos de expansão na mina de Casa de Pedra e na Namisa, onde a CSN tem participação de 60%, de modo a atingir uma capacidade total de comercialização de 89 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo 50 milhões de toneladas anuais em Casa de Pedra e 39 milhões de toneladas na Namisa. Paralelamente, a Companhia vem trabalhando na elevação da capacidade de embarque do Tecar, no Porto de Itaguaí, visando atingir 84 milhões de toneladas anuais de minério de ferro.

### **Siderurgia**

A Companhia vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos através da construção de uma unidade em Volta Redonda, com capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. Além desta, a CSN avalia a possibilidade de instalar outras unidades de aços longos, e alternativas de expansão em seus negócios atuais de aços planos.

### **Transnordestina**

A Ferrovia Nova Transnordestina em implantação, com extensão de 1.728 km, interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), com capacidade para transportar cerca de 30 milhões de toneladas de produtos.

### **Projetos de Melhoria Operacional e Reformas**

A Companhia vem desenvolvendo importantes projetos de excelência operacional, voltados em especial para a redução de custos entre os quais pode-se destacar a finalização do projeto turbina de topo, a substituição da alimentação elétrica da Usina Presidente Vargas de 138KV para 500KV e a bateria de coque.

## **16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

### ***a) Informar o montante destinado à reserva.***

Não aplicável.

### ***b) Explicar a natureza da destinação.***

Não aplicável.

ANEXO IV

Data-Base: 31.12.2011

*(conforme Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)*

---

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

***a. objetivos da política ou prática de remuneração:***

Conselho de Administração:

A Companhia tem como prática a compatibilidade da remuneração oferecida e a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando que o Conselho de Administração estabelece as políticas e diretrizes da Companhia, controlando a sua implementação pelos executivos da empresa.

Diretoria Estatutária:

A Companhia tem como prática garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando a sua responsabilidade e o seu comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia tem como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre membros do corpo de executivos) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), permitindo atrair, reter e motivar seus executivos, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Comitê de Auditoria:

A Companhia tem como prática de remuneração a compatibilidade da responsabilidade exercida pelo cargo, considerando que os membros do Comitê atuam para garantir a transparência das informações e a prestação de contas dos administradores.

***b. composição da remuneração, indicando:***

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

#### Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do próprio Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. Todos os membros recebem o mesmo valor, exceto os que fazem parte do Comitê de Auditoria, que recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

#### Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração anual global composta por remuneração fixa (honorários mensais) e remuneração variável (bônus baseado em metas e outros bônus\*) com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

\* Outros Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada sob a forma variável, em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, e de forma vinculada a tais projetos. Esta remuneração variável adicional usualmente está atrelada a honorário nominal ou eventualmente outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente projeto e as metas atribuídas ao Diretor Estatutário. Os valores atribuídos a estes componentes extraordinários da remuneração variável estão reconhecidos, na tabela do item 13.2 abaixo, como “outros”, dentre os valores pagos a título de remuneração variável.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e Check Up Anual. O Diretor Presidente tem direito a Helicóptero e 2 Veículos Blindados Designados com motorista.

#### Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal, mais férias e décimo terceiro salário, conforme previsto pela legislação trabalhista, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. A remuneração variável oferece oportunidade de ganho além do salário nominal em decorrência dos resultados da empresa e da área específica do executivo, bem como em decorrência de seu desempenho individual. O componente variável é pago anualmente na forma de participação nos resultados, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Vale Alimentação, Vale Refeição e Check Up Anual.

#### Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. Todos os membros recebem o mesmo valor, exceto os que fazem parte do Conselho de Administração, que recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

No caso do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, a proporção da remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração global fixa em geral representará 100% da remuneração total, sendo que para alguns casos poderá ser composta por 50% de remuneração fixa e 50% de remuneração variável, ou ainda outra proporção que melhor se adequar às funções desempenhadas pelo executivo e às condições negociadas com ele pela Companhia.

Já no caso da Diretoria Não Estatutária, no último exercício social, a remuneração fixa correspondeu a 41% da remuneração total, enquanto a remuneração variável correspondeu a 59%.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração:

A remuneração fixa do Conselho de Administração é paga em 12 parcelas mensais, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

Diretoria Estatutária:

O componente fixo da remuneração anual é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de parcela variável mencionada acima, a qual dependerá dos resultados da Companhia.

A remuneração variável é paga no ano calendário em mês específico definido, de forma diferenciada, em contrato de cada Diretor Estatutário, havendo maior concentração no mês de abril de cada ano após apuração das metas.

A remuneração global (honorários + variável) definida no início do mandato tem validade de 2 anos, podendo ser renegociada na renovação do contrato, se for de interesse de ambas as partes.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária é paga anualmente em treze parcelas mensais. Também são pagos um adicional de 33,33% do salário nominal referente a bonificação de férias legais, e mais 36,67% do salário nominal a título de bonificação de férias voluntárias.

O reajuste da remuneração é definido com base na variação do crescimento de Mercado Executivo realizado por consultoria externa especializada em remuneração ou através da inflação acumulada dos últimos 12 meses. O reajuste é aplicado anualmente. A remuneração variável é paga no mês de abril de cada ano, após apuração das metas, podendo o executivo perceber até 12 salários nominais. Não existe um reajuste anual fixado para a remuneração variável.

Comitê de Auditoria:

A remuneração fixa do Comitê de Auditoria é paga em 12 parcelas mensais e sem uma definição prévia de reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados do negócio e desempenho individual.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados do negócio e desempenho individual.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

NOTA: A remuneração variável está atrelada aos resultados da empresa, da área específica do executivo, bem como, do seu desempenho individual.

***c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:***

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo, com base em avaliação de cargo através de metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração.

Remuneração variável: com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia e de cada área operacional específica sob eventual responsabilidade do diretor ou executivo. Os indicadores, apurados seja com relação à Companhia, seja com relação às áreas operacionais, incluem o lucro líquido, faturamento líquido, gasto total sem depreciação e margem EBITDA. Cada executivo individualmente considerado também tem parte de sua remuneração variável atrelada a metas pré-estabelecidas com relação ao seu desempenho individual. Também poderá ser paga, eventualmente, parcela variável adicional em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas.

***d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:***

No início de cada ano, são definidas as metas globais da Companhia. Em seguida, estas metas são segregadas, conforme aplicável, às diferentes áreas operacionais da Companhia, de maneira que com cada executivo ou Diretor Estatutário possam pactuar as metas específicas que tal administrador deverá cumprir. Adicionalmente, são pactuadas as metas individuais a serem cumpridas no decorrer do mesmo exercício social. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, com base no nível de atendimento de cada indicador, dentre aqueles descritos no sub-item "c" acima. A remuneração variável máxima é definida com base em unidades de salários nominais recebidos pelo executivo ou Diretor Estatutário, de forma que lhe será finalmente pago o valor de remuneração variável atribuído para aquele nível de atendimento às metas que for verificado, conforme a escala pactuada com o executivo ou Diretor Estatutário.

Vale notar, ainda, que todas as metas traçadas para cada executivo ou diretor terão um peso relativo na avaliação de atendimento às metas mencionadas acima, observando-se que, geralmente, 50% da média ponderada serão atribuídos aos indicadores financeiros da Companhia e da área operacional sob responsabilidade do executivo ou Diretor, e 50% ao desempenho individual do executivo.

***e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:***

A prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da companhia através do Ciclo de Gestão da Estratégia no qual ocorre o desdobramento das metas estabelecidas através do planejamento estratégico, planejamento orçamentário, acompanhamento da performance e avaliação dos resultados, estabelecendo a remuneração por desempenho. Esta prática é sustentada através dos seguintes pontos:

Foco nos objetivos estratégicos, representando ações que tenham impacto significativo na melhoria contínua do desempenho da empresa

Medição e avaliação dos objetivos de resultado da organização previstos em seu orçamento e sua variação devendo refletir o alcance ou não desses objetivos.

Definição a partir do desdobramento de metas da empresa.

Descrição clara, fórmulas e fontes previamente definidas, sendo de fácil entendimento e aferição.

Comparação das melhores práticas e uniformização da avaliação.

Estes elementos visam a excelência dos resultados da companhia.

***f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:***

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

***g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:***

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

### 13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2011 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
No de Membros	6,83	5,42	N/A	12,25
Remuneração Fixa Anual	R\$ 1.324.000	R\$ 6.580.961	N/A	R\$ 7.904.961
Salário ou Pró-Labore	R\$ 984.000	R\$ 5.342.535	N/A	R\$ 6.326.535
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	R\$ 1.238.426	N/A	R\$ 1.238.426
Participações em Comitês	R\$ 340.000	R\$ 0	N/A	R\$ 340.000
Outros	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Remuneração Variável	N/A	R\$ 15.823.434	N/A	R\$ 15.823.434
Bônus	N/A	R\$ 15.823.434	N/A	R\$ 15.823.434
Participação nos Resultados	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Participação em Reuniões	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Comissões	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Outros	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Pós-emprego	N/A	R\$ 90.779	N/A	R\$ 90.779
Cessação do Cargo	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Baseada em Ações (1)	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
<b>Total da Remuneração</b>	<b>R\$ 1.324.000</b>	<b>R\$ 22.495.174</b>	<b>R\$ 0</b>	<b>R\$ 23.819.174</b>

Remuneração Total - Projeção 2012				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
No de Membros	9,33	8,00	N/A	17,33
Remuneração Fixa Anual	R\$ 1.824.000	R\$ 13.115.062	N/A	R\$ 14.939.062
Salário ou Pró-Labore	R\$ 1.344.000	R\$ 11.889.257	N/A	R\$ 13.473.257
Benefícios Diretos e Indiretos	R\$ 0	R\$ 1.334.862	N/A	R\$ 1.334.862
Participações em Comitês	R\$ 240.000	R\$ 0	N/A	R\$ 240.000
Outros	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Remuneração Variável	N/A	R\$ 18.841.062	N/A	R\$ 18.841.062
Bônus	N/A	R\$ 18.841.062	N/A	R\$ 18.841.062
Participação nos Resultados	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Participação em Reuniões	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Comissões	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Outros	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Pós-emprego	N/A	R\$ 164.438	N/A	R\$ 164.438
Cessaçã o do Cargo	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Baseada em Ações (1)	N/A	R\$ 36.257.156	N/A	R\$ 36.257.156
Total da Remuneração	R\$ 1.824.000	R\$ 68.377.717	R\$ 0	R\$ 70.201.717

(1) Devido aos impactos da situação macroeconômica mundial, a empresa transferiu para 2012 os planos de implantar um Programa de Remuneração Variável Baseado em Ações, com valor estimado em R\$ 36.257.156,00.

**13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Bônus	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A	5,42	8,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 0	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração <sup>1</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 17.258.174	R\$ 18.841.062
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 17.258.174	R\$ 18.841.062
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 15.823.434	R\$ 18.841.062

Bônus	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5,08
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração <sup>1</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 17.258.174
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 17.258.174
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	R\$ 10.820.691

<sup>1</sup>O valor máximo previsto para a remuneração variável considera o atendimento a 100% das metas traçadas, não havendo previsão de valores adicionais em caso de atendimento a mais do que 100% das metas. A Companhia, ao traçar e pactuar as metas de cada diretor, considera como objetivo o cumprimento integral de tais metas, razão pela qual o valor previsto como "efetivamente reconhecido" para o exercício social corrente coincide com o valor previsto em caso de atendimento a 100% das metas.

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Não há.

**13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

COMPANHIA		31/12/2011			
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Companhia Siderúrgica Nacional	Ações Ordinárias	1.558	0	0	1.558

CONTROLADORAS		31/12/2011			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Vicunha Siderurgia S.A.	Ações Ordinárias	1	1	0	1
Vicunhas Aços S.A.	Ações Ordinárias	1	1	0	1
Vicunha Steel S.A.	Ações Ordinárias	1	1	0	1
National Steel S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
CFL Participações S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
Rio Purus Participações S.A.	Ações Ordinárias	1000	1000	0	1000

CONTROLADAS

		31/12/2011			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Cia. Metalic Nordeste	Ações Ordinárias	0	2	0	2
Companhia Metalúrgica Prada	Ações Ordinárias	1	3	0	3
Congonhas Minérios S.A.	Ações Ordinárias	0	3	0	3
CSN Cimentos S.A.	Ações Ordinárias	0	1	0	1
CSN Energia S.A.	Ações Ordinárias	0	1	0	1
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	Quotas do capital social	1	1	0	1
Estanho de Rondônia S.A.	Ações Ordinárias	0	1	0	1
Florestal Nacional S.A.	Ações Ordinárias	0	3	0	3
Mineração Nacional S.A.	Ações Ordinárias	0	3	0	3
Sepetiba Tecon S.A.	Ações Ordinárias	0	3	0	3

## SOB CONTROLE COMUM

		31/12/2011			
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Categoria				
Itá Energética S.A.	Ações Ordinárias	0	2	0	2
MRS Logística S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
Nacional Minérios S.A.	Ações Ordinárias	1	4	0	4
Transnordestina Logística S.A.	Ações Ordinárias	0	2	0	2
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	Ações Ordinárias	0	0	0	0

Nota: A CSN Aços Longos foi incorporada pela Companhia em 28/01/2011

**13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Não há.

**13.7 Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não há.

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não há.

**13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):**

Não há

**13.10 Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:**

A Companhia patrocina aos diretores estatutários o plano de previdência complementar da entidade CBS Previdência - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo qual os participantes podem contribuir de 3% a 5% do salário nominal/honorários e a patrocinadora contribui com 100% do valor do participante.

CBS Previdência – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional	
Diretoria Estatutária	
Número de membros participantes <sup>1</sup>	6
Administradores em condições de se aposentar	5
Condições para aposentadoria antecipada	*
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontadas as contribuições diretas dos administradores	R\$ 1.888.754,22
Valor total acumulado das contribuições realizadas no último exercício social, descontadas as contribuições diretas dos administradores <sup>2</sup>	R\$ 103.063,58
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefícios na CBS

\*Aposentadoria Antecipada: O benefício de aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que encontra-se disponível na Intranet da empresa, bem como aprovado e publicado pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento.

<sup>1</sup> Diretores Estatutários em 31/12/2011

<sup>2</sup> Somado os valores contribuídos pela CSN para os Diretores Estatutários que se desligaram durante o ano de 2011

**13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informações não divulgadas conforme decisão liminar proferida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do IBEF - Rio de Janeiro, instituto ao qual a Companhia é associada.

**13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia:**

Não há.

**13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecido no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

2011			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	10,88%	48,13%	N/A

2010			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	11,12%	58,92%	N/A

2009			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	9,84%	45,09%	N/A

**13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não há.

**13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

		2011			
Sociedade	Natureza da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Itá Energética S/A.	Pro Labore	R\$336.000,00	N/A	N/A	R\$336.000,00

		2010			
Sociedade	Natureza da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Itá Energética S/A.	Pro Labore	R\$508.333,36	N/A	N/A	R\$508.333,36

		2009			
Sociedade	Natureza da remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Itá Energética S/A.	Pró-Labore	R\$ 221.000,00	N/A	N/A	R\$221.000,00

**13.16 Outras informações relevantes:**

Não há.

**ANEXO V**

Data-Base: 31.12.2011

*(conforme itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009)***12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO****12.6. Administradores e membros do conselho fiscal:**

a)Nome	b)Idade	c)Profissão	d) CPF ou número do Passaporte	e)Cargo	f)Data de eleição	g)Data de posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
<b>CONSELHO ADMINISTRAÇÃO</b>									
BENJAMIN STEINBRUCH	58	Administrador	618.266.778-87	Membro efetivo do Conselho de Administração Presidente	23/4/1993	23/4/1993	30/4/2012	Diretor Presidente	x
JACKS RABINOVICH	82	Engenheiro	011.495.638-34	Membro efetivo do Conselho de Administração Vice-Presidente	23/4/1993	23/4/1993	30/4/2012	- x -	x

a)Nome	b)Idade	c)Profissão	d) CPF ou número do Passaporte	e)Cargo	f)Data de eleição	g)Data de posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS	61	Administrador	112.375.706-20	Membro efetivo do Conselho de Administração	23/12/1997	23/12/1997	30/4/2012	- x -	Representante dos empregados
FERNANDO PERRONE	64	Advogado	181.062.347-20	Membro efetivo do Conselho de Administração	26/9/2002	26/9/2002	30/4/2012	Membro do Comitê de Auditoria	x
YOSHIKI NAKANO	67	Administrador	049.414.548-04	Membro efetivo do Conselho de Administração	30/4/2004	30/4/2004	30/4/2012	Membro do Comitê de Auditoria	x
GILBERTO SAYÃO DA SILVA	41	Engenheiro	016.792.777-90	Membro efetivo do Conselho de Administração	30/4/2009	30/4/2009	30/4/2012	- x -	x
ENÉAS GARCIA DINIZ	52	Engenheiro	657.575.057-53	Diretor Executivo	21/06/2005	21/06/2005	30/4/2013	- x -	
JOSÉ TARAGANO	57	Engenheiro Metalúrgico	440.944.697-53	Diretor Executivo	15/12/2009	15/12/2009	30/4/2013	- x -	

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF ou número do Passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data de posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
DAVID MOISE SALAMA	45	Contador	085.725.298-45	Diretor Executivo de Relações com Investidores	02/08/2011	02/08/2011	30/4/2013	- x -	
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	48	Engenheiro Metalurgista	055.978.608-52	Diretor Executivo	02/08/2011	02/08/2011	30/4/2013	- x -	
JUAREZ SALIBA DE AVELAR	51	Engenheiro de Minas	447.454.946-53	Diretor Executivo	26/10/2011	26/10/2011	30/4/2013	- x -	

**12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:**

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF ou número do Passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data de posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
<b>COMITÊ DE AUDITORIA</b>									
FERNANDO PERRONE	64	Advogado	181.062.347-20	Membro do Comitê de Auditoria	24/6/2005	24/6/2005	30/4/2012	Membro do Conselho de Administração	

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF ou número do Passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data de posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
YOSHIKI NAKANO	67	Administrador	049.414.548-04	Membro do Comitê de Auditoria	24/6/2005	24/6/2005	30/4/2012	Membro do Conselho de Administração	

## 12.8.

### a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:

#### Conselho de Administração

##### *Membros Efetivos*

Benjamin Steinbruch. É membro do Conselho de Administração desde 23 de Abril de 1993, ocupando, desde 28 de Abril de 1995 o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Ocupa o cargo de Diretor-Presidente da CSN desde 30 de abril de 2002. É também Diretor Presidente da Vicunha Siderurgia S.A., Membro do Conselho Administrativo da Câmara Portuguesa, 1º Vice-Presidente da FIESP desde setembro de 2004, membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP, Conselheiro do Instituto Robert Simonsen, Conselheiro do IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Nos últimos 5 anos, tem atuado como (i) Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Vicunha Siderurgia S.A., Vice Presidente do Conselho de Administração da Textília S.A., Conselheiro da Vicunha Aços S.A., Vicunha Steel S.A., Vicunha S.A., Elizabeth S.A. – Indústria Têxtil, Vicunha Participações S.A., Vicunha Participações S.A., Câmara Portuguesa, IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Diretor da Rio Purus Participações S.A. e Diretor da Rio Iaco Participações S.A. (todas essas sociedades fazem parte do grupo controlador da CSN), Conselheiro da Companhia Metalúrgica Prada e da Nacional Minérios S.A. (todas controladas pela CSN) e membro do Conselho Deliberativo da Fundação CSN e Administrador da Fazenda Alvorada de Bragança Agro-Pastoril Ltda., Ibis Agrária Ltda., Ibis II Empreendimentos Ltda., Ibis Participações e Serviços Ltda., Haras Phillipson Ltda.. Formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – SP, com pós-graduação em Marketing e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - SP.

Jacks Rabinovich. É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de Abril de 1993, ocupando atualmente o cargo de Vice-Presidente. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie, com especialização em Engenharia Têxtil no Lowell Institute, Massachussets - EUA.

Antônio Francisco dos Santos. É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de dezembro de 1997. É Presidente do Conselho e Diretor-Presidente do Clube de Investimento CSN. Nos últimos 5 anos atuou como Diretor de Planejamento e Suporte da Companhia Siderúrgica Nacional e Presidente do CSN Invest. Formado em Administração de Empresas com pós-graduação em Organização e Finanças, ambos pela Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa – CECOPE, e MBA em Estratégia Industrial e Gestão de Negócios pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

Fernando Perrone. É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 26 de setembro de 2002 e também membro do Comitê de Auditoria desde 24 de junho de 2005, onde atualmente ocupa a função de Presidente. Foi Diretor Executivo - Infra-Estrutura e Energia da Companhia Siderúrgica Nacional de 10 de julho a 02 de outubro de 2002 e Consultor independente na área de infraestrutura. Nos últimos 5 anos, atuou como (i) Membro do Conselho de Administração da Profarma - Distribuidora de Fármacos S.A; membro do Conselho de Administração da João Fortes Engenharia S.A.; membro do Conselho de Administração da Energia Sustentável S.A.. Formado em Administração, em curso patrocinado pela "Chimica" Bayer S.A.; em Direito, na Universidade Federal Fluminense; pós-graduado em economia na área de Mercado de Capitais, pela Fundação Getúlio Vargas.

Yoshiaki Nakano. É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2004 e também membro do Comitê de Auditoria desde 24 de junho de 2005. Nos últimos 5 anos, atuou como (i) professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; integrante do Conselho de Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; membro do Conselho Superior de Economia (COSEC), da FIESP/IRS; membro do Conselho Consultivo do Grupo Pão de Açúcar. Anteriormente foi Secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e Mestrado e Doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Gilberto Sayão da Silva. É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2009. Atualmente, é sócio da Vinci Partners Investimentos Ltda., e membro do seu Comitê Executivo. Anteriormente, de 2003 a 2009, atuou como CEO do UBS Pactual Alternative Investments (ALIN), uma subsidiária do UBS Pactual Asset Management. Ainda, participa do Conselho de Administração de diversas empresas, como PDG Realty S.A. e Equatorial Energia S.A. Nenhuma das empresas acima mencionadas faz parte do grupo econômico da CSN. Cursou Engenharia na PUC do Rio de Janeiro.

Enéas Garcia Diniz - Ocupa o cargo de Diretor Executivo responsável pela área de Produção desde 21 de junho de 2005. Trabalha na CSN, desde 1985, tendo exercido anteriormente as seguintes funções: Gerente Geral de Laminação a Quente, Gerente Geral de Manutenção, Diretor de Metalurgia e Diretor da Usina Presidente Vargas. Presidente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A.. Formado em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com especialização em Eng<sup>a</sup> Mecânica, especialização em Gestão de Negócios pela Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro e MBA empresarial pela Fundação Dom Cabral de Belo Horizonte.

José Taragano – Ocupa o cargo de Diretor Executivo desde 15 de dezembro de 2009, sendo responsável pela área de Projetos. Foi COO – VP Executivo de Operações da Brenco – Cia Brasileira de Energia Renovável, Diretor Executivo e Diretor dos Negócios de Embalagens e Reciclados da Klabin SA. Foi Director Worldwide Environment, Health & Safety da Alcoa Inc. em Nova York / Pittsburgh, Diretor de Produtos Primários /Alumínio, Alumina & Produtos Químicos, Diretor da Qualidade e Recursos Humanos e Superintendente de Produção da Alcoa Latin America em São Paulo. Foi também Chairman do CEMPRES – Compromisso Empresarial para a Reciclagem serviu no Healthy People 2010 Business Advisory Comitee em Washington e como Conselheiro independente no Board da ECOSORB. Graduado em Engenharia Metalúrgica pela PUC-RJ, com MBA em Marketing pela FIA-USP e educação complementar no MIT/ Sloan Executive Program e Harvard Business School/Finance for Senior Executives.

David Moise Salama - Ocupa o cargo de Diretor Executivo, sendo responsável pela área de Relações com Investidores desde 02 de agosto de 2011. Trabalha na CSN desde 2006, tendo exercido anteriormente a função de Gerente de Relações com Investidores. Antes de ingressar na CSN foi Diretor de Controladoria e Finanças da Tecnisa Engenharia e Comércio, Birmann Comércio e Empreendimentos e Goldfarb Comércio e Construções. Foi Chefe de Informações Financeiras Consolidadas da Unilever Brasil e Auditor Sênior da PricewaterhouseCoopers. É membro do National Investor Relations Institute e do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) com MBA em Finanças pela FEA-USP.

Luis Fernando Barbosa Martinez - Ocupa o cargo de Diretor Executivo sendo responsável pela área comercial de siderurgia desde 02 de agosto de 2011. Trabalha na CSN desde 2002, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Comercial. É Presidente da Associação Brasileira de Embalagem de Aço - ABEAÇO. Antes de ingressar na CSN foi Diretor Comercial da Alcan Alumínio do Brasil S.A., companhia onde atuou durante 14 anos em áreas de processos, qualidade, desenvolvimento de produtos/mercados e comercial. Ocupou cargos de Diretor Executivo do CBCA - Centro Brasileiro de Construção em Aço e ABCEM – Associação Brasileira de Construção Metálica. É graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IMT – Instituto Mauá de Tecnologia, pós-graduado em Administração Industrial pela Escola de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo e formado no Corporate Management Development Program pela Alcan Aluminum Limited, em Montreal, Canadá.

Juarez Saliba de Avelar - Ocupa o cargo de Diretor Executivo sendo responsável pela área de novos negócios desde 26 de outubro de 2011. Trabalhou anteriormente na CSN de 2003 a 2010, tendo

exercido os cargos de Diretor de Portos e Participações Ferroviárias, Diretor de Mineração, Diretor da Área Mineral e Diretor Executivo de Novos Negócios. Antes de 2003 ocupou as posições de Presidente da Ferteco Mineração, Diretor do Sistema Sul da CVRD e Diretor do Sistema Norte da CVRD e de janeiro de 2010 a agosto de 2011 foi Diretor Presidente da Steel do Brasil Participações S.A. É Conselheiro da Transnordestina Logística S.A.. Graduado em Engenharia de Minas, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

**b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

*Membros do Conselho de Administração*

*Membros efetivos*

O Sr. Benjamin Steinbruch declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Jacks Rabinovich declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Antônio Francisco dos Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Fernando Perrone declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Gilberto Sayão da Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Yoshiaki Nakano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Enéas Garcia Diniz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. José Taragano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. David Moise Salama declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Juarez Saliba de Avelar declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:**

<b>a) administradores da Companhia</b>
Não aplicável
<b>b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia</b>
Não aplicável
<b>c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia</b>
Não aplicável
<b>d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia</b>
Não aplicável

**12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:**

<b>a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia</b>
Não aplicável.
<b>b) controlador direto ou indireto da Companhia</b>
Não aplicável.
<b>c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes</b>
Não aplicável.

**12.11 - Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:**

A Companhia mantém apólice de seguro de responsabilidade civil (D&O) para membros do Conselho de Administração e, da Diretoria, tendo por objeto o pagamento de indenização aos administradores da Companhia e de suas controladas de todas as perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice. O limite máximo de garantia vigente é de USD 50,000,000.00 para cada perda, limitado à perda total anual agregada. O período de vigência é de 05/03/2012 até 05/03/2013 e cobrirá reclamações apresentadas contra os segurados após o início do período de vigência, ou situações passadas, desde que desconhecidas no momento de contratação do Seguro em virtude da retroatividade ilimitada. Embora a Companhia tenha contratado a apólice descrita, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pela mesma (tais como atos dolosos, despesas de limpeza e despoluição causados por danos ambientais, danos materiais, fundo de pensão, run-off, violações de obrigações impostas por estatuto). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais

**12.12 - Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:**

Não aplicável.